

3

CONSUMO MIX DA TRADIÇÃO A REINVENÇÃO DE UM LUGAR

Ao comentar os impactos das reformas de Haussmann em Paris para a invenção moderna do patrimônio urbano, Françoise Choay cita uma afirmação de Théophile Gautier que sintetiza um paradoxo para as políticas contemporâneas de “revitalização” urbana: “Le Paris moderne serait impossible dans le Paris d’autrefois [...]” (1992, p. 136). A expressão adequada ao caso brasileiro do Bairro do Recife encerra a desconfortante sensação de que o atual processo de *enobrecimento*, por meio do qual seu patrimônio cultural é ressignificado, em parte depende dos acontecimentos passados. Inclusive — e principalmente — da grande reforma de 1910 que demoliu o passado holandês e português do bairro para sua reconstrução em estilo eclético. A imagem de um Brasil moderno, evocada pela monumentalidade eclética do Bairro do Recife, seria impossível sem as ruínas de seu passado.

A construção de singularidades nas cidades históricas depende quase sempre de um recorte induzido sobre o que se quer, e se pode, selecionar como simbolicamente representativo. Digo induzido porque as interpretações sobre os significados do patrimônio não são isentas da parcialidade que refaz os nexos constitutivos entre a construção dos espaços centrais da cidade e as relações de poder. As políticas de patrimônio falam de lugares cuja história inscreveu, em seus espaços, registros de

uma memória muitas vezes difusa. Ao falar sobre essa memória, fazem-no de tal modo que parece que o patrimônio fala por si. Essa espécie de “fetichismo” cultural tem sua origem, entretanto, em processos bem mais concretos, dos quais é possível extrair os “sujeitos” das práticas de intervenção, preservação e “revitalização” do patrimônio.

O Bairro do Recife, como centralidade singular de uma cidade, *image-making* de um Brasil moderno, é resultante de um complexo processo de práticas sociais que conferem existência objetiva à fugidia e dispersa concepção de uma memória supostamente comum a todos os pernambucanos. A noção de *pernambucanidade* é uma idéia ao mesmo tempo complexa e difusa, apesar de sua pretensão de concretude e da clareza de objetivos: aglutinar pessoas e regiões em torno de um conjunto específico de traços culturais. A idéia vale-se da história para destacar, às vezes, um passado de glórias das revoluções libertárias de Pernambuco, ou para referir-se ao papel de destaque que a economia açucareira da província de Pernambuco tinha no Brasil imperial.

Recentemente, um grupo seletivo de pesquisadores e acadêmicos pernambucanos foi convidado a falar sobre o tema, cuja experiência resultou no livro *Pernambucanidade: o desafio de renovar-se*.¹ Um fato chama a atenção quando são comparados os pontos de vista apresentados: apesar de a idéia central do argumento continuar associada a um passado heróico e bravio, é possível perceber que uma leitura crítica do discurso da *pernambucanidade* permite perceber que ele é também uma invocação das elites, que o utiliza como mito fundante de uma identidade local e justificativa simbólica para o exercício de uma hegemonia política:

O leão [do Norte, como é conhecido Pernambuco] seria o emblema deste imaginário de bravuras e bravatas: Pernambuco imortal, imortal... falando para o mundo. Não é à toa que este sentimento de pernambucanidade vem sendo invocado e exercitado frente aos diferentes tipos de centralismo do poder econômico e político. Centralismo metropolitano, imperial, republicano federalista, tecno-burocrático e autoritário. É o discurso tipicamente concebido no espaço e na economia política do poder local, do clientelismo patrimonial (Siqueira, 1997, p. 42).

Há, de fato, uma reivindicação de centralidade na ideologia da cultura pernambucana, disseminada através de um discurso histórico que

fala da tradição pernambucana e sua cultura popular, nas lutas libertárias do país, na autenticidade de seu legado musical, na idéia, enfim, de ter sido Recife a capital econômica e política do Nordeste brasileiro. O espectro sobre o qual essa reivindicação de *centralidade* toma forma é amplo, e seu detalhamento estaria obviamente fora do alcance analítico deste trabalho. Pernambuco é, de fato, uma das regiões do país que sustentam o discurso de sua centralidade em torno de uma *singularidade cultural*, aspecto que também pode ser encontrado em outras, que têm a mesma reivindicação a partir de suas respectivas singularidades construídas: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia são as outras regiões que reclamam historicamente algum tipo de centralidade. A atual “revitalização” do Bairro do Recife se insere nessa perspectiva em pelo menos duas direções: primeiro, porque o local, tradicionalmente identificado como um lugar da história pernambucana, é requalificado como uma centralidade cultural para a cidade do Recife; segundo, porque a tentativa de dinamização da economia local se insere na mesma perspectiva de resgatar a imagem do Recife como pólo emergente no moderno fluxo nacional e internacional de pessoas e capitais. Um dos ícones dessa busca de *centralidade* é a nova Praça do Marco Zero, uma das reformas empreendidas pela atual proposta de “revitalização” do bairro. Se o apelo baiano de uma centralidade do Brasil poderia parecer um exagero, quando veiculava nos meios de comunicação a mensagem “Bahia: o Brasil nasceu aqui”, a frase escrita no novo piso do marco zero do bairro, em torno de uma enorme rosa-dos-ventos, consegue superar — em pretensão — a idéia de centralidade: “Eu vi o mundo... ele começava no Recife”.²

Desvendar as nuances de um processo recente de reapropriação do patrimônio parece uma perspectiva não apenas oportuna como indispensável para se entender como as políticas contemporâneas de “*revitalização*” reinventam lugares, recriam tradições, estabelecem centralidades: aspectos a partir dos quais outros lugares são criados e outras tradições são reapropriadas, reflexivamente, a partir dos usos diferenciados que se faz do espaço público. Para desenvolver essa análise, abordo especificamente, neste capítulo, as diferentes fases de “*revitalização*” do Bairro do Recife — destacando os aspectos práticos e conceituais de uma proposta que está reescrevendo a história singular de um lugar —, reservando para o capítulo seguinte a análise dos usos e fronteiras que se estruturam nos espaços “revitalizados” do patrimônio.

Contra-enobrecimento: a primeira fase de "revitalização" do Bairro do Recife

Uma cena aparentemente corriqueira repetia-se no histórico Bairro do Recife da capital pernambucana, no Nordeste brasileiro: os curiosos olhares dos turistas, guiados pelo enquadramento de suas câmaras fotográficas, percorriam as fachadas restauradas de uma das ruas mais antigas do Brasil.

Estava em curso o "embelezamento" do bairro, ao qual se referia uma de suas antigas moradoras, Francisca Lopes Gomes. Numa rua enlameada, sentada em um banco de madeira, no chão de terra batida, dona Chiquinha, como é conhecida, rememorava a época em que a "revitalização" começou, sem a nostalgia de quem lamenta o passado, mas com a franqueza de quem vê o bairro se "embelezer", enquanto sua comunidade mal pode andar livremente pelas ruas "revitalizadas". Indignada, dona Chiquinha, guarda hoje, na voz impostada, a revolta de quem ouviu muitas promessas e poucos feitos: "Nós aqui moramos num abandono. Nós moramos aqui num lixo, num abandono. Nós não temos banheiro, nós não temos água, nós não temos luz. Nós temos muito aqui é rato, imundície, para contaminar a gente aqui. [...] eles só reurbanizaram o Recife Antigo. Aquilo ali é do empresário para eles. A reforma [revitalização] está servindo para eles e não para nós".³

Enquanto dava seu depoimento, cercada de vizinhos que a ajudavam a reforçar o que parecia ser a opinião de muitos, turistas percorriam a bem pavimentada e iluminada Rua do Bom Jesus. Entravam na primeira sinagoga da América, em cujo solo ainda se viam os vestígios arqueológicos da muralha holandesa que cercava o perímetro Dentro de Portas do antigo Povoado dos Arrecifes. A cena seria quase banal, como o deslumbramento dos turistas que chegam ao Pelourinho, na capital baiana, e se esforçam em acompanhar com o corpo os batuques dos grupos afros que se apresentam rotineiramente sob o patrocínio da Secretaria de Turismo de Salvador. Poderia, de modo semelhante, ser quase uma reprodução do passeio, em bandos, de turistas avermelhados pelo sol que visitam o Centro Cultural Dragão do Mar, uma imponente construção arquitetônica do governo do estado, cujo *mix* reúne cinemas, museus e agências bancárias, rasgando de ponta a ponta a modesta paisagem histórica do antigo Porto da Praia de Iracema, em Fortaleza.

Duas diferenças, no entanto, marcam o exercício diário do turismo cultural no Bairro do Recife. Ao contrário das capitais baiana e cearense, Recife não desenvolveu, nos últimos anos, a mesma política agressiva de incentivo ao turismo e de formação de uma imagem de cidade voltada para o lazer, como Salvador e Fortaleza. O Bairro do Recife ainda se está integrando ao roteiro turístico de Pernambuco e do Brasil. Paira sobre ele a sombra de sua vizinha mais famosa, Olinda, Cidade Patrimônio da Humanidade, que continua capitalizando o fluxo de turistas que visitam aquele estado, apesar do esforço da iniciativa privada e do poder público em reverter esse quadro.

A primeira fase do atual processo de *gentrification* significava, fundamentalmente, reabilitação residencial, de acordo com a tendência da época (Smith, 1996). As primeiras ações concretas vieram com o prefeito Jarbas Vasconcelos, tendo sido a principal característica da sua administração a descentralização política, através do processo democrático de gestão (Leal, 1995). Tratava-se do Programa Prefeitura nos Bairros, cujo principal objetivo era estabelecer canais de negociação direta entre organizações populares e Prefeitura, através de plenárias populares em cada uma das 12 regiões político-administrativas. Esse tipo de orientação administrativa reflete também o perfil político dos grupos e partidos que apoiaram e viabilizaram a candidatura de Jarbas, em sua maioria de esquerda: PMDB (grupo dos "autênticos" ou do chamado PMDB Histórico), PCB, PCdoB, PDT e PSB. Para Suely Leal, que pesquisou essas formas de gestão nesse período em Pernambuco, essa composição de forças do poder local teve uma significativa influência dos rumos do próprio programa de governo de Jarbas: "[...] os movimentos populares e os partidos de esquerda tiveram influência determinante no processo eleitoral, o que permitiu sua inserção, enquanto quadros dirigentes no aparelho estatal, e sua influência decisiva na formulação do programa de governo" (1995, p. 216).

Em 1986, foi criado o Escritório Técnico de Revitalização do Bairro do Recife, como parte da estratégia de descentralização administrativa de Jarbas Vasconcelos (1986-1988), no projeto de melhoria do Centro Expandido do Recife (Leal, 1995; Zancheti, 1995). Depois do anúncio feito em 1969, pelo então prefeito Geraldo de Magalhães, de uma urbanização do Cais do Apolo (situado no Bairro do Recife), onde seriam instalados concha acústica, galerias de arte e estacionamentos,⁴ a ini-

ciativa de Jarbas foi a primeira tentativa concreta de uma nova intervenção no bairro, após a grande reforma de 1910.

O Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, elaborado por uma equipe de urbanistas e arquitetos ligados ao governo Jarbas, sob a coordenação da arquiteta Amélia Reynaldo, continha duas características básicas: reconhecia a deterioração do lugar, as péssimas condições sociais às quais estavam submetidos seus moradores, e defendia que a reabilitação fosse um instrumento de ação política para a recuperação das suas funções habitacionais. Talvez pela primeira vez, uma ação governamental, reconhecendo seus moradores como cidadãos, tinha como principal meta desenvolver essa função do bairro, que sempre foi visto como um local típico de comércio e negócios. E mais, não apenas reconhecia a importância dessas pessoas, mas atribuía a deterioração do lugar àqueles que construíram ao longo da história a imagem de bairro comercial. Ao apresentar uma síntese sobre os problemas existentes, o documento ressalta: “Todos estes elementos retratam a decadência dos núcleos antigos, transformados em objetos de consumo, dentro da ótica do maior lucro proveniente da especulação imobiliária”;⁵ e complementa, ao se referir ao conjunto de instituições políticas, jurídicas e econômicas, símbolos do poder constituído: “Estas mesmas forças omissas, são as que mais impuseram uma descaracterização ao bairro: o Porto que desapropria, promove demolições e ruínas sem a real necessidade de ocupação; os prédios como a sede da prefeitura, Bandepe e Banco do Brasil, que rompem a escala do bairro em nome de uma deformada política de renovação urbana”.⁶

A orientação política era clara: o bairro deveria ser “reabilitado”, em primeiro lugar, para os seus próprios moradores: “as populações prioritárias do plano são as moradoras, símbolo da resistência do bairro, e os portuários, responsáveis pela mais bela apropriação do espaço público do bairro”.⁷ É possível que essa “apropriação do espaço público” não se referisse apenas a um tipo específico de uso que se desenvolveu em torno do porto, criando uma singularidade típica de lugar boêmio. Referia-se também à realidade da preservação do próprio conjunto arquitetônico do bairro. É fato reconhecido que foram exatamente as prostitutas e os portuários que asseguram parte da preservação dos monumentos antigos: “O Bairro do Recife ficou preservado graças aos prostíbulos. Se a gente tivesse ali usos esdrúxulos, o porto saísse se alastrando como ele fez no extremo norte da ilha, a gente não tinha mais o Bairro do Recife”.⁸

O plano era parte de sua própria estratégia, uma vez que foi elaborado inicialmente para discussão com entidades e setores representativos da população do bairro. O mecanismo central de desenvolvimento da idéia foi o projeto Memória em Movimento, uma proposta voltada para a integração dos moradores ao processo de reabilitação do bairro. A metodologia da proposta estava voltada, por assim dizer, a uma política de *contra-enobrecimento* da área. Podemos perceber essa orientação em dois aspectos centrais: a proposta não tinha como objetivo estimular atividades de consumo, através do turismo e comércio cultural, e não defendia nenhuma forma de deslocamento da população residente: propunha, ao contrário, uma forma ampla de integração dos moradores e usuários do bairro.

Acreditamos que a “revitalização” do Bairro coincide com a “revitalização” dos seus habitantes e usuários. Revitalizar o Bairro do Recife seria conseguir melhorar as condições de vida e de trabalho dos habitantes da Favela do Rato; das mulheres e dos travestis trabalhadores da noite; dos trabalhadores e empresários do comércio, da indústria e dos bancos [...] Propomos então que se lute com toda seriedade para separar, definitivamente, a idéia de restauração/“revitalização”, da idéia de expulsão, “limpeza”, esterilização e outras coisas dessa ordem (Memória em Movimento, 1989, p. 10).

No dia 16 de agosto de 1988, no Bairro do Recife, houve a abertura oficial do Memória em Movimento. Juntamente com os moradores e empresários locais, o então prefeito Jarbas Vasconcelos entregou à população o espaço onde funcionariam as atividades do projeto: “A inauguração foi uma festa. A população se fez representar através de muitos dos seus moradores e usuários” (Memória em Movimento, 1989, p. 14). Uma das primeiras iniciativas do projeto Memória em Movimento foi a realização de um trabalho de recuperação da memória viva do bairro, através de entrevistas com antigos moradores, que resultou no belo livro *Bairro do Recife: porto de muitas histórias*.⁹ Fruto de reuniões e encontros com trabalhadores (“do dia e da noite”, como ressalta um dos seus organizadores), o livro é hoje um dos únicos registros sistemáticos — construído a partir do relato dos próprios moradores — sobre a vida do Bairro do Recife da segunda metade do século XX. Resultante de um diálogo com essa população, o Plano de Reabilitação do Bairro do Re-

cife apresentava-se como resultante de um dos “princípios” que via “a cidade de cidadãos, o estado como gestor e o povo como decisor: a soberania coletiva”.¹⁰

A intenção de manter e integrar setores populares que marginalmente ocupavam áreas periféricas do bairro seguia a linha de intervenção urbana conhecida como “Modelo de Bolonha”, caracterizada por uma concepção que buscava recuperar a função social do patrimônio habitacional (Brito, 1995).

A principal característica da experiência de Bolonha foi justamente a adequação do patrimônio histórico às necessidades emergentes de habitação, em decorrência do esgotamento dos níveis de crescimento da cidade. O patrimônio passou a ser visto não apenas como um conjunto de monumentos, mas como algo integrado ao tecido social urbano, que deveria ter seus usos habitacionais restabelecidos. Esse modelo, como esclarece Marcelo Brito, “[...] tem como elemento focal das ações de permanência e recuperação urbana a habitação, em função de sua potencialidade como elemento motor e propulsor da recuperação integrada do habitat humano, sendo encarada como elemento básico de estímulo à recuperação integral [...]” (1995, p. 133). É possível dizer, portanto, que o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife seguia de fato essa orientação, ao ter como meta principal a construção de habitações populares, a partir da “defesa do uso habitacional na área central para as camadas populares”.¹¹

O plano, no entanto, e essa é uma das suas graves falhas, não especificava como pretendia implementar essas medidas. Não havia detalhamento técnico, nem orçamentário, razão pela qual mais parece uma carta de (boas) intenções: contemplava genericamente alguns programas, prevendo inclusive a participação da iniciativa privada, em face da escassez de recursos públicos, sem no entanto apresentar nenhuma especificação quanto à forma dessa parceria.

O conjunto de programas/projetos do plano era composto de seis itens:

- 1) Promoção/Divulgação;
- 2) Melhorias urbanas;

- 3) Recuperação física;
- 4) Socioeconômico;
- 5) Político-institucional (voltado para os aspectos legislativos sobre preservação e tombamento);
- 6) Jurídico (prevendo a criação de instrumentos jurídicos que assegurassem os direitos dos moradores).

Conforme o quadro que segue, o conjunto de medidas para a “melhoria urbana” não continha o necessário detalhamento para sua implantação, embora indicasse o perfil social da proposta. No Programa de Animação Cultural, o plano previa a “máxima utilização da potencialidade do bairro para fins de turismo”,¹² evidenciando a intenção de incrementar novos usos daquele patrimônio, seguindo a orientação do debate da época que buscava relacionar as políticas de preservação com perspectivas de auto-sustentabilidade econômica.

Melhorias urbanas	Síntese do conteúdo
Drenagem	Desobstrução de galerias
Pavimentação	Recuperação de ruas, calçadas e meios-fios
Paisagismo	Podação e plantio
Limpeza urbana	Mobiliário e coleta de lixo
Comércio de rua	Cadastramento, mobiliário e carteira de saúde
Guarda Municipal	Policimento regular nas ruas e praças
Iluminação	Limpeza e substituição
Saúde	Combate à raiva, controle sanitário de alimentos, orientação sobre doenças sexualmente transmissíveis (inclusive aids), instalação de posto médico
Educação	Inclusão do bairro na rede municipal de educação
Controle urbanístico	Controle urbanístico (incluindo “remoção de elementos localizados indevidamente em via pública” e “abertura de áreas públicas privatizadas”)
Animação cultural	Atividades diversas (exposições de arte nas praças, espetáculos teatrais na rua, apresentações do Balé Popular do Recife e “máxima utilização da potencialidade do bairro para fins de turismo”)
Transporte/circulação	O plano prevê apenas estudos sobre circulação e estacionamentos

Melhorias urbanas	Síntese do conteúdo
Projetos específicos a) Recuperação das pontes b) Recuperação do guarda-corpo do rio c) Rua do Bom Jesus d) Cais da Alfândega e) Praça Tirandentes f) Praça Arsenal da Marinha g) Praça do Rio Branco h) Cais do Apolo	Estruturas e sistema de iluminação Basicamente recuperação das estruturas Proposta de recuperação do espaço urbano (com recursos públicos) e restauração das fachadas (com recursos dos proprietários) Projetos de paisagismo e estacionamento Limpeza e manutenção Recuperação de bancos, da calçada de "pedra portuguesa", manutenção do comércio ambulante existente Tratamento paisagístico, recuperação e limpeza Elaboração de projeto paisagístico e oferta de estacionamento para o bairro

Fonte: Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Recife, PCR-DPSH, ago., 1987.

No entanto, a ênfase central do plano não residia nessas medidas, mas naquelas que poderiam traduzir-se em benefício direto para os moradores do bairro. Nesse sentido, alguns programas são expressivos, exatamente por se relacionarem diretamente com as condições da população residente. É o caso dos programas de Saúde e Educação, que contemplavam medidas exclusivamente voltadas para a situação específica dos moradores. No Programa de Saúde, essa orientação é ainda mais emblemática, por intencionar incluir o bairro nas campanhas de prevenção à aids. Esse cuidado especial se justifica: parte da população residente à época na chamada Favela do Rato era formada por prostitutas e travestis e pedia exatamente melhoria na assistência médica, como demonstra a pesquisa socioeconômica realizada pela própria equipe responsável pela elaboração do plano.

Providências sugeridas pelos moradores da Favela do Rato

Categorias	Providências sugeridas*				
	Assistência médica	Segurança	Restauração de imóveis	Mercado público	Total
	f	f	f	f	f
Prostitutas	09	10	06	02	10
Homossexuais	10	09	10	07	10
Morador novo	09	10	10	10	10
Morador antigo	20	17	20	20	20
Total	48	46	46	39	50

* Da tabela original, são apresentadas aqui apenas as providências mais citadas.

Fonte: Pesquisa de campo, abr.-maio, 1987, in Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, Departamento de Preservação dos Sítios Históricos — DPSH-URB.

Pode parecer estranho que as categorias utilizadas se referissem, de saída, às atividades das mulheres e à preferência sexual de alguns dos seus moradores. Mas esse fato sugere a preocupação dos pesquisadores em identificar aqueles que seriam, por definição, os maiores beneficiados pela reabilitação. Em nenhum momento o plano estabelecia restrições às atividades dos moradores, sabidamente relacionadas à prostituição, tanto masculina quanto feminina. Essa primeira tabela indica, como se pode observar, que o item "Assistência médica" é citado por 48 dos 50 moradores (perfazendo um percentual de 96% do total de entrevistados), confirmando ser essa a maior necessidade daquela pequena, porém expressiva comunidade, para a vida residencial do bairro. Os itens "Segurança" e "Restauração de imóveis" também aparecem como um dos mais citados, revelando dois aspectos que retratam uma situação comum no bairro: a conjunção entre deterioração arquitetônica e a insegurança decorrente da degradação da infra-estrutura urbana.

Na tabela abaixo, montada a partir da pesquisa original, além de mostrar a manutenção dos itens relativos à infra-estrutura urbana, saúde e segurança, revela também um aspecto interessante da pesquisa. Preocupada, talvez, em diversificar as fontes de opinião, a equipe não apenas entrevistou os trabalhadores e usuários, mas incluiu também grupos transitórios formados por públicos de teatro e de um circo, montado no bairro por ocasião da pesquisa.¹³

Providências sugeridas por outros residentes, trabalhadores e usuários do bairro

Categorias	Providências sugeridas*							Total
	Segurança	Restauração de imóveis	Limpeza urbana	Assistência médica	Calçamento	Esgoto	Iluminação	
	f	f	f	f	f	f	f	
Donos de pensão	10	06	08	10	03	03	05	10
Setor informal	14	10	07	04	—	64	—	15
Garçons/garçonetes	20	20	11	11	04	—	09	20
Usuários	149	153	132	95	76	86	21	160
Funcionários do circo	10	10	05	10	—	03	07	10
Público do circo	58	53	30	40	02	04	31	60

Categorias	Providências sugeridas*							
	Segu- rança	Restaura- ção de imóveis	Limpeza urbana	Assistência médica	Calça- mento	Esgo- to	Ilumina- ção	Total
	f	f	f	f	f	f	f	f
Funcionários e atores de teatro	10	10	10	10	10	10	10	10
Público de teatro	20	20	14	20	04	03	16	20
Pessoas que se divertem à noite	29	28	18	26	11	11	09	30
Total	320	310	235	226	110	124	108	335

*Da tabela original, são apresentadas aqui apenas as providências mais citadas.
 Fonte: Pesquisa de campo, abr.-maio, 1987, in Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, Departamento de Preservação dos Sítios Históricos — D_{PSH}-URB.

Um último agrupamento da pesquisa reuniu sindicatos, funcionários de empresas e uma terceira categoria, um tanto difusa, com a denominação “Bairros entrevistados”. Não há maiores explicações sobre essa categoria, cujo nome sugere apenas um conjunto disperso de opiniões de pessoas de outros bairros da cidade sobre o Bairro do Recife. Nesse agrupamento, talvez em função da existência dos planos de saúde dos sindicatos e empresas, o item “Assistência médica” foi pouco citado. Da mesma forma, entre a terceira categoria — a de “Bairros entrevistados” —, o mesmo item foi pouco citado, talvez porque, para quem não morava ou era usuário do bairro, a imagem que mais se destacasse fosse de fato a da insegurança do lugar.

Providências sugeridas por sindicatos, funcionários e outros usuários do bairro

Categorias	Providências sugeridas*							
	Segu- rança	Limpeza urbana	Ilumina- ção	Esgo- to	Calça- mento	Restauração de imóveis	Assistência médica	Total
	f	f	f	f	f	f	f	f
Sindicatos	05	08	01	06	02	-	01	11
Funcionários de empresas	22	14	03	07	02	08	01	33
Bairros entrevistados	71	65	31	17	19	07	04	128
Total	98	87	35	30	23	15	06	172

*Da tabela original, são apresentadas aqui apenas as providências mais citadas.
 Fonte: Pesquisa de campo, abr.-maio, 1987, in Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, Departamento de Preservação dos Sítios Históricos — D_{PSH}-URB.

A pesquisa concentrou-se basicamente nos moradores da antiga Favela do Rato, fato que faz com que se limitem as informações sobre a

natureza populacional do bairro no período. Embora a pesquisa revele apenas uma população residente de 50 pessoas, havia um índice bem maior, a julgar pelos dados censitários de 1980.

População residente, por sexo e situação de residência, no Bairro do Recife, 1980

Situação de residência	População geral residente		Total
	Homens	Mulheres	
Pessoas residentes em domicílios particulares (famílias)	29	49	78
Pessoas residentes em outros domicílios	99	392	441
Total	128	441	569

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1980.

A pesquisa da Prefeitura também faz uma distinção entre “morador novo” e “morador antigo”, chegando a um número pouco expressivo da situação populacional do bairro nos anos 80. Segundo os dados do Censo de 1980, havia no Bairro do Recife uma população relativamente numerosa de migrantes, em termos proporcionais ao total dos residentes. É o que indicam as tabelas:

População residente do Bairro do Recife, por migração e procedência no município de residência atual

Naturalidade e migração	Distrito Bairro do Recife	
		257
Naturais do município	239	
Migrantes	73	
Total	569	

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1980.

População imigrante residente no Bairro do Recife, por sexo e procedência

Procedência	Distrito Bairro do Recife		Total
	Homens	Mulheres	
Procedentes da zona urbana	46	193	239
Procedentes da zona rural	12	61	73
Total	58	254	312

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1980.

O número elevado de mulheres procedentes da zona urbana, 61,8% do total de imigrantes, sugere, pelas características portuárias do Bairro do Recife, uma prática que parecia comum às mulheres que, não tendo para onde ir, procuravam as áreas de prostituição das grandes cidades por saber que ali seriam bem recebidas pelas donas de pensão. O depoimento de uma antiga imigrante do bairro ilustra esse fato, que, embora não permita obviamente uma generalização, indica uma prática que se tornou regular na dinâmica social e populacional das áreas portuárias brasileiras. Nascida em Alagoas e com uma história pessoal marcada pela pobreza, Cícera Conceição descreve sua chegada ao Recife: “Aí foi quando eu vim pra o Recife, vendi um cordão pra tirar a passagem pra cá e cheguei aqui em 52 numa noite de chuva tão grande... Perguntei a um guarda: onde é o baixo meretrício aqui? Onde moram as mulheres?? Aí o guarda da estação, um sararasão bem gordão, disse: menina, pra que você quer saber isso? Eu disse: eu quero morar lá que eu não tenho morada não”.¹⁴

Depoimentos como o de Cícera relatam uma experiência que possivelmente se repetiu muitas vezes na história do bairro. As pensões e casas de cômodos, com suas *donas* cuidadosas, acomodavam mulheres e meninas vindas do interior do estado ou de outras regiões, pessoas sem morada e destino incerto. Em meio a esse fluxo, era provavelmente assim que também se renovava o cartel das mulheres que trabalhavam na prostituição, compondo parte da população residente no Bairro do Recife nas últimas cinco décadas do século XX. O número de mulheres que residia em 1980, quando se iniciou a “revitalização” do bairro, compunha a grande maioria da sua população. A situação de residência específica uma composição basicamente formada por indivíduos fora de agrupamentos familiares. Havia no bairro apenas 25 famílias, com 78 pessoas. Dessas pessoas “isoladas”, o maior número era de mulheres, representando 88,9% do total de “pessoas residentes em outros domicílios”. Embora se reconheça que o Bairro do Recife sempre foi uma das áreas de maior prostituição da cidade, não se pode afirmar que essas mulheres, apenas por não manterem vínculos familiares, fossem prostitutas. A maioria delas era até mesmo muito jovem, o que revela outro dado instigante, relativo ao número de crianças e adolescentes “sem família” que residia no bairro. A tabela sobre nível de instrução, ao

demonstrar o baixo nível de instrução da maioria da população em idade escolar, acaba revelando também os elevados índices da população com idade inferior a 10 anos.

Nível de instrução da população residente de 10 anos ou mais, por sexo, do Bairro do Recife, 1980

Grau do curso completo	Distrito		Total
	Bairro do Recife		
	Homens	Mulheres	
Elementar	41	137	178
1º grau	8	45	53
2º grau	13	8	21
Superior	—	—	—
Mestrado ou doutorado	—	—	—
Grau não determinado	—	—	—
Total	62	190	252

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1980.

Comparando os dados disponíveis, nota-se que, do total das 441 mulheres, entre residentes em domicílios de famílias e residentes em outros domicílios, apenas 190 tinham idade superior a 10 anos. Dentre o total de 128 homens, apenas 62 tinham mais de 10 anos. O resultado indica que havia 251 meninas e 66 meninos com menos de 10 anos, representado um total de 55,7% da população geral residente do bairro. Esses dados, quando comparados às condições das pessoas na família, revelam o número aproximado de crianças com menos de 10 anos que, ali, residiam em domicílios que não eram constituídos por famílias.

Condição na família no Bairro do Recife, por sexo

Condição na família	Distrito		Total
	Bairro do Recife		
	Homens	Mulheres	
Chefes	21	4	25
Cônjuges	—	17	17
Filhos ou enteados	8	20	28
Pais ou sogros	—	—	—
Outros parentes	—	4	4
Agregados	—	—	—
Pensionistas	—	4	4
Empregados domésticos	—	—	—
Parentes do empregado	—	—	—
Total de pessoas em 25 famílias	29	49	78

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1980.

Consideremos, portanto, para evitar o erro de estar superestimando os números relativos às crianças com menos de 10 anos que residiam no Bairro do Recife em domicílios “não-familiares”, que os dados referentes aos “filhos ou enteados”, da tabela anterior, se referiam a pessoas com menos de 10 anos. Teríamos, então, 28 crianças menos que o total de crianças residindo em outros domicílios. Mesmo assim o resultado mantém-se elevado. Tirando, portanto, esses 28 filhos (supondo que se tratasse de 8 *meninos* e 20 *meninas*), ainda assim haveria um total de 58 meninos e 231 meninas de menos de 10 anos residindo em domicílios “não-familiares”, sem incluir os que estariam entre 10 e 18 anos do total da população residente. Como não havia creche, orfanato ou unidade da FEBEM, o resultado sugere que aproximadamente 50,8% da população residente do Bairro do Recife em 1980 era formada por crianças menores de 10 anos que não residiam em domicílios compostos por famílias. Mesmo que se suponha que parte desse total pudesse estar residindo apenas com as próprias mães nas casas noturnas, uma vez que essa categoria domiciliária não configurava para o censo uma unidade residencial familiar, a maioria dessas crianças vivia sem a companhia de qualquer parente, embora fosse improvável que vivessem sem a companhia de adultos. A impressão de abandono que esses números sugerem é sentida também por parte dos antigos moradores, que vivenciaram experiências diversas com as crianças do bairro. Comparando a situação em 1987 com outras anteriores, relata José Valdemiro da Silva: “Havia festas importantes aqui, havia escolas para as crianças. Esses meninos, vive tudo aqui nu, morrendo de fome, eu não sei como é que não tem uma escola pra crianças que vivem aqui. Se pegar um quilo de confeito e dizer que vai dar, aparece menino aqui que você não tem pra dar a todos eles. Vivem essas crianças aqui abandonadas tudo sem escola, sem nada aqui nesse bairro”.¹⁵

Também Cícera Conceição, moradora do bairro há quase 50 anos, lamentava a falta de tranqüilidade das ruas: “Hoje não. Dá até tristeza e medo se andar de noite na rua. Às vezes de noite, venho e me sento na esquina porque tem aí perto a delegacia. Aí só tem esses trombadinhas, esses meninos soltos por aí. Às vezes um olha pra mim e diz: minha tia, que é que está fazendo aqui? Tô tomando um ventinho... É minha tia, fique aí... Com a gente eles não bolem nada. E eu fico pensando na animação daqueles tempos”.¹⁶

Anos 80

Na década em que se inicia a primeira fase de sua “revitalização”, o Bairro do Recife apresentava um perfil complexo, envolvendo uma população desassistida e ruas que refletiam o desgaste dos equipamentos e da infra-estrutura urbana. Não havia mais escola, nem posto de saúde, a segurança era precária. Mas, como ressalta o depoimento de Maria José Medeiros, líder comunitária no Bairro do Recife, o abandono e insegurança não eram do tipo que se resolve com medidas repressivas, mas com uma política social de reabilitação habitacional do lugar, que fosse capaz de devolver ao bairro e seus moradores a dignidade de uma vida urbana e cotidiana: “Hoje tudo é perigoso aqui dentro deste bairro. Não tem nada e é perigoso. Eu acho que a ausência do povo aqui nesse bairro é que está dando esse perigo”.¹⁷

Foi essa a realidade que a equipe do prefeito Jarbas Vasconcelos encontrou e sobre a qual realizou a pesquisa socioeconômica, que objetivava subsidiar a elaboração do Plano de Reabilitação, revelando uma preocupação com a visão dos moradores e usuários do bairro, foco central da primeira intenção de “revitalização”. A idéia de colher essas opiniões e depoimentos, valorizando a participação dos moradores como *cidadãos*, estava em sintonia com o importante avanço do debate dos anos 80, quando se discutiam os rumos da sociedade civil no período da abertura política. O plano articulava, desse modo, temas que seriam centrais para o atual debate sobre “revitalização” urbana e cidadania. Um desses temas refere-se ao uso privado de certas áreas públicas, sobre o qual o plano previa um controle urbanístico com a “remoção de elementos localizados indevidamente em via pública” e a “abertura de áreas públicas privatizadas”.¹⁸ Esse tipo de controle, que consistia em evitar abusos contra as áreas públicas, se situa no centro de um debate que tem sido muito caro à sociedade brasileira: a necessidade de se distinguirem os âmbitos e atuações nas esferas pública e privada. Embora — de fato — com poucos resultados práticos, a primeira iniciativa de intervenção no bairro mantinha uma articulação complexa entre Estado e cidadão, reforçando os nexos de uma possível articulação democrática entre interesses públicos e vida cotidiana. O avanço daquela proposta pode ser mais bem avaliado quando observamos as políticas contemporâneas de *gentrification*, desenvolvidas numa perspectiva predominantemente voltada para as práticas de lazer e consumo.

Image-making: enobrecimento e reinvenção do lugar¹⁹

Em 1993, um ano depois de iniciada a Operação Pelourinho, em Salvador, a imprensa nacional noticiava que havia chegado a vez do Recife. Entre os meses de abril e maio daquele ano, os jornais divulgavam que Jarbas Vasconcelos (PMDB), novamente eleito prefeito da cidade do Recife, estava assinando acordo com a Fundação Roberto Marinho e a empresa Akzo do Brasil (Tintas Ypiranga) para pintar as fachadas do Bairro do Recife. O Projeto Cores da Cidade, que no mesmo ano também se iniciava no Rio de Janeiro, foi um dos primeiros resultados práticos da nova etapa de *gentrification* do bairro. A operacionalização do projeto consistia no sistema de parcerias: a Akzo doava as tintas, os proprietários arcavam com a mão-de-obra, a Prefeitura supervisionava as reformas e garantia incentivos fiscais aos proprietários que participassem do projeto e a Fundação Roberto Marinho (FRM) assegurava a divulgação das reformas em rede nacional de televisão, além da articulação entre os parceiros. Iniciado no Rio de Janeiro, o Projeto Cores da Cidade desenvolveu o Projeto Corredor Cultural, que recuperou parte das fachadas da Rua Sete de Setembro, entre 1993 e 1994 (Finguerut, 1995, p. 53). A escolha do Recife para a segunda experiência não foi por acaso. Quando a Rua do Bom Jesus foi oficialmente inaugurada, com os primeiros casarios pintados em cores berrantes, já existia um projeto em curso que teria uma amplitude prática e política bem maior do que o Projeto Cores da Cidade.

É difícil avaliar o peso real que o interesse político pelo projeto de “revitalização”²⁰ do Bairro do Recife teve na articulação de uma nova aliança política que visava alterar o quadro sucessório para o Governo do Estado de Pernambuco. Entretanto, é provável que a “revitalização” tenha sido um dos resultados visíveis de uma aproximação entre os adversários Joaquim Francisco (PFL) e Jarbas Vasconcelos (PMDB). Tradicionalmente, Jarbas sempre foi um aliado de Miguel Arraes e tido como seu sucessor natural na política pernambucana. No entanto, quando Joaquim Francisco foi eleito governador em 1990, Jarbas foi considerado o candidato virtual do PMDB para o pleito seguinte. Arraes, entretanto, praticamente vetou a pré-candidatura de Jarbas, lançando seu próprio nome ao governo do estado. Esse fato resultou na ruptura e saída de Arraes do PMDB para o PSB, cuja legenda usou para se eleger governador em 1994. Jarbas candidatou-se à

Prefeitura em 1992 e governou a cidade do Recife quando Joaquim Francisco era o então governador do estado. Quando Jarbas assumiu a Prefeitura e retomou a idéia de “revitalização” do bairro, já havia um plano estadual de intervenção, elaborado em 1991 ocasião em que Joaquim Francisco era governador e Gilberto Marques Paulo, vice-prefeito do Recife. Este último assumiu o cargo deixado por Joaquim quando este se candidatou ao governo do estado. Tratava-se do Plano de Revitalização do Bairro do Recife, encomendado pelo governo do estado em 1991 à empresa URBANA: Planejamento e Projetos.²¹ É possível que o plano tenha sido elaborado, como resalta Zancheti (1995, p. 104), como uma forma de assegurar um canal de influência do governo do estado na cidade do Recife, tradicionalmente um reduto eleitoral do PMDB de Jarbas. Começava, então, a aproximação entre Jarbas e Joaquim, que iria assegurar a continuidade do projeto de “revitalização” e alterar o quadro sucessório de Pernambuco.

Ao término do mandato de Joaquim Francisco, tendo sido eleito Miguel Arraes, o plano e seus recursos (incluindo um primeiro empréstimo do BID) foram repassados para o governo municipal. A partir desse ponto, a Empresa de Urbanização do Recife (URB), da Secretaria do Planejamento (SEPLAM), assume a execução do Plano de Revitalização, fortalecendo a aproximação entre o governador Joaquim Francisco e o então prefeito Jarbas Vasconcelos. Alguns anos depois, essa aliança possibilitou que o PFL desbancasse Arraes de sua tentativa de se reeleger governador pela terceira vez, apoiando a candidatura de Jarbas, considerado o único capaz de derrotar Arraes nas urnas. Em fevereiro de 1998, durante o Fórum Bairro do Recife: Processo de Revitalização e Panorama Econômico, aconteceu a cena antes impensável: Jarbas adentrou o recinto do PFL, na qualidade de governador eleito, e foi aclamado como o idealizador da “revitalização” do Bairro do Recife.

Miguel Arraes perdeu a eleição, Jarbas finalmente realizou o seu projeto de governar Pernambuco e o PFL consolidou seu poder no estado. Seria obviamente um exagero dizer que a “revitalização” do Bairro do Recife alavancou essa aliança, mas possivelmente serviu-lhe de cenário: a aproximação entre Jarbas e Joaquim em torno de interesses políticos e eleitorais convergentes fez do Bairro do Recife um projeto comum. O Plano de Revitalização do Bairro do Recife passaria, assim, a representar simbolicamente essa aliança.

Recife
anos

A partir de 1993, com o Projeto Cores da Cidade, começava a implantação do plano, tendo como meta primeira o pólo Bom Jesus. Inicialmente, a Prefeitura desapropriou três casarões da Rua do Bom Jesus, que tiveram as suas fachadas reformadas e pintadas em cores fortes. Se a idéia era mesmo chamar atenção, parece que o feito funcionou. Noé Sérgio, arquiteto da URB e técnico do Escritório de Revitalização na ocasião dessa primeira intervenção, comenta que o resultado foi muito criticado, embora proposital para atrair as pessoas:

E então a idéia da gente foi esta: vamos explicitar os planos, deixar claro os ornatos, soltar isso tudo, para dar visibilidade. E vamos esquecer outra coisa, vamos esquecer o pessoal da área e vamos fazer para o habitante, quase numa estratégia de *marketing* mesmo, a gente tem que vender isso aqui, porque, aliado a isso, a gente tinha a questão do estigma de zona, de marginalidade [...]. Isso foi até bom porque deu muita discussão em jornal dizendo que aquilo era uma palhaçada, que tava transformando o Bairro do Recife numa Disneylândia, que o Bairro do Recife sempre foi branco. A própria fundação ficou escandalizada, a Fundação Roberto Marinho, que era aquilo, que aquilo não estava na prospecção [das cores].²²

Embora a imprensa noticiasse que as cores a ser utilizadas seriam resultantes de pesquisas de prospecções cromáticas,²³ o próprio Joaquim Falcão, secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, acabou reconhecendo que, mesmo não sendo fiel à história, o resultado ajudou a criar um diferenciador para o Bairro do Recife:

Um dos motivos do sucesso do bairro foi a decisão que nós não pensávamos ter tanta importância. As cores dos edifícios passaram a ser uma marca. Na Bahia tudo branco, e aqui isso, dá uma cara do bairro, e as cores nós tivemos que ultrapassar alguns arquitetos do Patrimônio Histórico que queriam algo muito mais conservador como era no passado. Essas cores não são cores do passado, essa decisão que nós pensávamos que era tão importante que deu a cara do bairro [...] (PCR/URB/ERBR, 1998, p. 48).

A recuperação dos três primeiros casarões da Rua do Bom Jesus foi apenas o começo de um plano complexo e abrangente de *marketing* urbano para o Bairro do Recife. Ao contrário do primeiro plano de intenções, elaborado pela equipe de Jarbas em 1987, que continha apenas diretrizes

gerais para uma intervenção no bairro, o Plano de Revitalização do Bairro do Recife foi uma peça bem estruturada de *planejamento estratégico*, que continha uma detalhada proposta de ações a curto e médio prazo, com dimensionamento físico e estimativa de custos das obras. Apresentado como proposta para o Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR),²⁴ com recursos do BID, o plano foi o principal roteiro técnico para a “revitalização”, apesar das necessárias alterações e ajustes realizados no curso de sua implantação, em decorrência da própria dinâmica de um empreendimento dessa natureza.

A parte propriamente operacional do plano é precedida por um diagnóstico de caracterização do Bairro do Recife, que identificava aspectos gerais sobre a população, a estrutura da economia local, as condições da infra-estrutura urbana, o traçado urbano e ocupação dos lotes do bairro. Um aspecto central desse diagnóstico, que se tornou a principal base de planejamento e execução do plano, foi a caracterização dos setores de intervenção. O Bairro do Recife foi dividido em três setores, considerando a distribuição espacial de suas atividades, o padrão de ocupação urbano e as condições da infra-estrutura urbana. Para cada um desses setores, o plano reservava um tipo específico de intervenção, objetivando potencializar os recursos de cada setor e a transformação dos seus usos. Essa delimitação espacial dos setores de intervenção ganhou estatuto jurídico com definição dos pólos de interesse, com a Lei nº 16.290 de 29 de janeiro de 1997.

Caracterização dos setores de intervenção urbanística e pólos de interesse

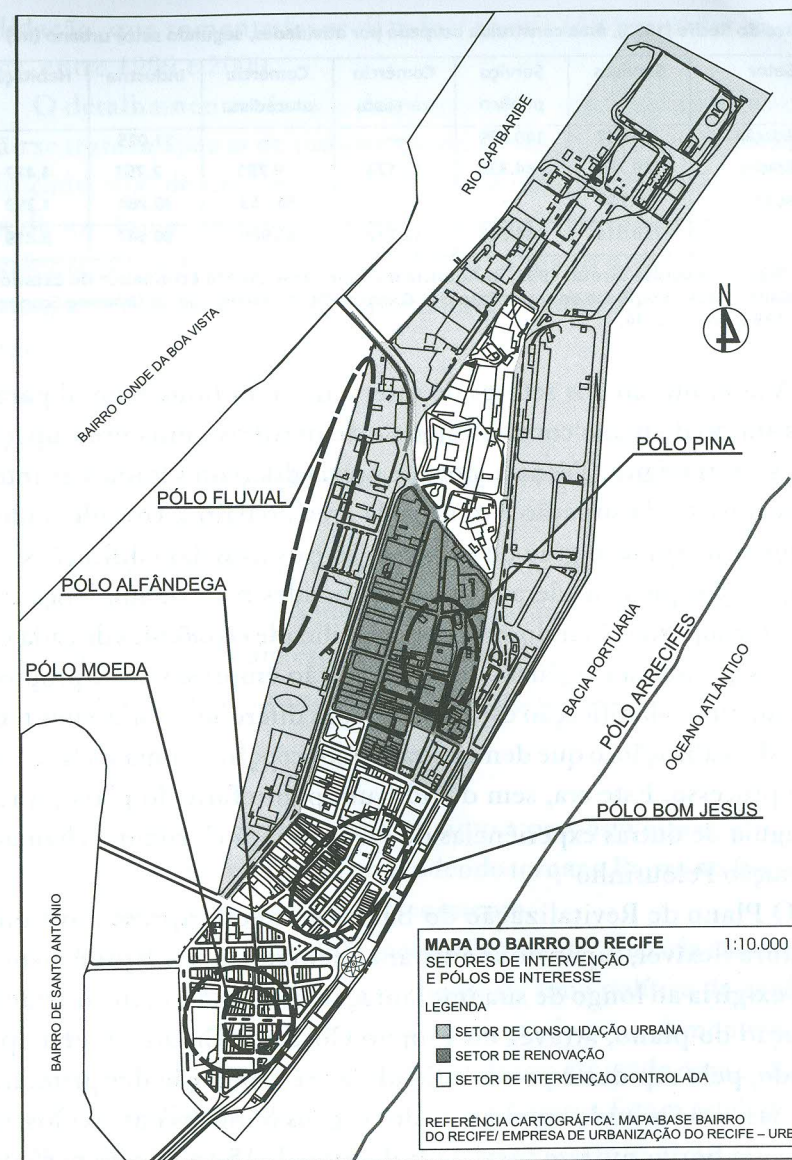
Setores e pólos de interesse	Definição
Setor de consolidação urbana <ul style="list-style-type: none">• Pólo fluvial	“Porção consolidada quanto ao uso — institucional — e tem um padrão constante de ocupação de lotes e edificação.”
Setor de intervenção controlada <ul style="list-style-type: none">• Pólo Bom Jesus• Pólo Alfândega• Pólo Arrecifes	“Área que oferece condições de intervenção para melhorar as condições de uso e a qualidade ambiental da área, utilizando a estrutura urbana, as edificações existentes e realçando as qualidades da paisagem urbana.”
Setor de renovação <ul style="list-style-type: none">• Pólo Pilar	“Área que oferece disponibilidade de transformação do seu ambiente urbano, através da criação de uma nova situação, tanto no que se refere aos usos quanto ao padrão de ocupação e construção. O novo pode ser introduzido para se harmonizar com o tradicional.”

Fonte: URBANA, Pesquisa direta, 1992, in Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco — AD-DIPER, *Plano de Revitalização — Bairro do Recife. Planejamento Urbano e Economia*. Recife, 1992, vol. 1, p. 33. Prefeitura da Cidade do Recife, Lei nº 16.290/97, publicada pelo DOM nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro. Recife, 1997.

A caracterização desses setores definiu também áreas de interesse e uma espacialização das atividades, a partir das possibilidades concretas de intervenção. O Setor de Consolidação, definido como uma área estável quanto aos usos, compreendia a parte da ilha na qual se fixaram as atividades portuárias e as atividades institucionais. É nessa área que estão localizados a Prefeitura da Cidade do Recife, o Tribunal Regional Federal e a Polícia Federal. Nesse setor, duas propostas destacam-se como formas de consolidação: a construção de um centro empresarial, segundo o gabarito vertical das modernas construções da área, e a transformação de parte dos galpões de estocagem num *waterfront*, destinando o Armazém 11 a um terminal marítimo de passageiros.

O Setor de Renovação apresentava-se como uma área que oferecia “disponibilidade de transformação”. Esse setor, que ficou praticamente fora da poligonal de tombamento do IPHAN, possui as indústrias Pilar e Moinho Recife, atividades cujas áreas de ocupação dificilmente poderiam sofrer grandes alterações, excetuando parte dos logradouros públicos que a Indústria Pilar absorveu. É nesse setor também que está situada a Comunidade Nossa Senhora do Pilar (ou Favela do Rato), erguida numa área desapropriada pela Portobrás, em 1975. O próprio plano fazia menção direta à possibilidade de modificação dos usos dessa área, quando planejava o Centro Comercial do Pilar, um complexo de apoio às atividades do porto, para o qual seria necessária a remoção dos moradores da favela para outras unidades habitacionais do bairro, inclusive no próprio setor, através da construção de unidades mistas de habitação popular e comércio.²⁵ Para esse Setor de Renovação, o plano previa os usos urbanos relacionados ao comércio atacadista, varejista, serviços tradicionais, industrial e à habitação.²⁶

O Setor de “Revitalização”, que compreendia praticamente a área que depois constituiu a poligonal de tombamento, tinha seu uso do solo definido pelas atividades de “serviços modernos, o comércio varejista e a habitação”.²⁷ Era nesse setor que se concentrariam os maiores projetos estruturadores do plano, objetivando disseminar os serviços culturais, de lazer e diversão, bem como os serviços turísticos. Os principais objetivos da proposta de “revitalização” destinavam-se às atividades relacionadas aos serviços desse setor, o que o destacava como a área de maior concentração de investimentos, transformando-o numa espécie de âncora de todo o Plano de Revitalização. O tipo de uso dos imóveis, circunscrito ao



setor, também facilitava sua delimitação como área privilegiada para a implantação dos serviços mais dinâmicos, relacionados ao lazer e diversão. Como demonstra o quadro abaixo, é no Setor de “Revitalização” que há a maior concentração, por metro quadrado de área construída, de atividades de “serviços”, “habitação” e “comércio varejista”, enquanto os outros setores concentravam edificações de grande porte, como o comércio atacadista, serviços públicos e indústria.

Bairro do Recife (1992), área construída ocupada por atividades, segundo setor urbano (m²)

Setor	Serviços	Serviço público	Comércio varejista	Comércio atacadista	Indústria	Habitação
Consolidação	16.612	140.329	—	—	11.025	—
Revitalização	129.768	44.338	12.173	9.735	2.757	4.427
Renovação	4.134	—	—	36.253	36.764	1.393
Total	150.514	184.666	12.173	45.989	50.547	5.819

Fonte: URBANA, Pesquisa direta, 1992, in Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco — AD-DIPER, *Plano de Revitalização — Bairro do Recife. Planejamento Urbano e Economia*. Recife, 1992, vol. 1, p. 34.

A delimitação dos setores de intervenção foi fundamental para a estruturação do plano como um todo e demonstrava uma preocupação técnica e estratégica. Técnica, porque previa diferentes formas de intervenção a partir da situação real de cada área do bairro, considerando o estoque construído, o grau de preservação e os usos das edificações; estratégica, porque considerava as possibilidades reais de mudança que cada setor suportaria, tendo em vista a viabilidade econômica de cada um deles e seguindo a exigência da urbanização empresarial. A proposta continha uma planificação escalonada, com diferentes horizontes temporais de realização, o que demonstrava a concepção de uma intervenção como processo. Este era, sem dúvida, um ponto forte do plano, que o distinguia de outras experiências de “revitalização”, como a chamada “Operação Pelourinho”.

O Plano de Revitalização do Bairro do Recife apresentava uma estrutura flexível, capaz de se ajustar às demandas que o próprio processo exigiria ao longo de sua implantação. Embora a etapa inicial de execução do plano, através do Projeto Cores da Cidade, tenha aparentado, pela rapidez e pouco cuidado na recuperação das primeiras fachadas, uma atitude imediatista dos órgãos públicos envolvidos, ele previa um horizonte temporal de realização de 15 anos, com períodos de curta, média e longa duração. Este é um aspecto importante para se entender a peculiaridade da “revitalização” do Bairro do Recife, porque sua implantação pressupunha uma continuidade temporal nas atividades. E essa característica, presente no plano, se confirmou na execução prática de muitas obras planejadas. Para ilustrar esse fato, poderíamos citar o caso do Terminal Marítimo de Passageiros, uma das obras previstas na versão original do plano para o Setor de Con-

solidação, que somente foi realizada e concluída quase dez anos depois, entre 1999 e 2000.

O detalhamento técnico do plano tinha uma justificativa clara. Não se tratava apenas de uma proposta de restauração do patrimônio edificado, mas de uma articulada idéia de intervenção urbana na forma de um longo *empreendimento*. Afinado com os pressupostos do *market lead city planning* (Vainer, 2000), o plano tinha três objetivos principais, tendo como base operacional o conjunto dos setores de intervenção:

- 1) transformar o Bairro do Recife em um “centro metropolitano regional”, tornando-o um pólo de serviços modernos, cultura e lazer;
- 2) tornar o bairro um “espaço de lazer e diversão”, objetivando criar um “espaço que promova a concentração de pessoas nas áreas públicas criando um espetáculo urbano”;
- 3) tornar o bairro um “centro de atração turística nacional e internacional”.²⁸

Esses objetivos sinalizavam o quanto a proposta estava voltada ao incremento da economia local, pretendendo tornar o Bairro do Recife um complexo *mix* de consumo e entretenimento.

A noção de um espaço de “espetáculo urbano”, que iria caracterizar todo o plano, é um indicador importante de uma política de *enobrecimento*, na medida em que confirma o foco predominantemente econômico das ações previstas, bem como o tipo de uso esperado para cada uma delas. Para viabilizar a implementação da proposta, foram estabelecidos alguns “elementos estruturadores”, dentre os quais se destacam: “economia local com função central plena”, “espaço público para reunião e o espetáculo”, “manutenção e valorização do patrimônio ambiental e cultural”, “recuperação da imagem do bairro”.²⁹ Esses “elementos estruturadores” abrangem aspectos centrais e convergentes com as políticas de *enobrecimento* do urbanismo empresarial: a construção de uma nova imagem da cidade, através da valorização dos usos econômicos do patrimônio cultural e da espetacularização do espaço urbano, como

forma de reativar os fluxos de investimentos para a economia local. Essa imagem, construída através de uma visão que entende a cultura na perspectiva dos resultados econômicos — e a cidade como empresa —, previa a concentração de escritórios de grandes empresas e corporações, reforçando, no bairro, a “imagem de espaço central e nobre da cidade”.³⁰

Por fim, além de prever um conjunto de obras de infra-estrutura urbana, abrangendo melhorias no sistema viário, na rede de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, telefonia e iluminação,³¹ o plano continha nove “projetos estruturadores” para garantir a implementação de sua proposta.

Projetos estruturadores	Principais objetivos
Centro de animação cultural, lazer e comércio da Rua do Bom Jesus	Transformar o Bairro do Recife em um centro de animação, “à semelhança dos bairros de animação cultural de Nova Orleans, Boston, de Buenos Aires e Amsterdam”. “As edificações desta rua serão tratadas de modo a se criar um conjunto articulado de espaços fechados e abertos capazes de abrigar uma miríade de serviços de lazer, diversão e comércio varejista moderno a exemplo de ‘shopping center’.”
Terminal Marítimo de Passageiros	Transformação do Armazém 11 em terminal de recepção de passageiros, com um <i>mix</i> de atividades de serviços, “à semelhança de um aeroporto, onde as pessoas da cidade serão atraídas em busca de lazer e entretenimento”.
Shopping Cultural Alfândega	A ser construído no antigo prédio da Alfândega, espaço reservado para atividades culturais, com salas de cinema, teatro, exposição, livrarias.
Centro Comercial do Pilar	Construir, no largo da Igreja do Pilar, um centro de comércio que concentre as atividades de serviços de apoio ao porto.
Habitação coletiva e restaurante popular	Restaurar o prédio nº 235 da Rua do Apolo e os de nº 210, 218 e 224 da Rua do Brum para a formação de 67 “unidades habitacionais, destinadas aos moradores de baixa renda do bairro e da Comunidade do Pilar”. Obs.: Na segunda versão do plano, esse projeto passou a se chamar “Apartamentos em antigos armazéns”, e não há mais a referência a moradores de baixa renda, mas é apresentado como “uma experiência mercadológica que visa a demonstrar, para o mercado imobiliário, a viabilidade de conversão de antigas estruturas em unidades vendáveis no mercado” ³² (grifo nosso).
Aquário	Espaço para o estímulo do “lazer contemplativo” da fauna e flora regional.
Centro empresarial	Projeto que prevê a construção de um <i>trade-center</i> que concentre atividades empresariais.

Projetos estruturadores	Principais objetivos
Waterfront	Transformação de parte do Cais do Porto num espaço permanente de lazer e comércio varejista para visitantes locais e turistas. Nesse projeto, estão incluídas a reforma da Praça do Marco Zero e a “revitalização” da Avenida Alfredo Lisboa.
Percurso cultural	Através da disposição espacial do Centro Comercial Pilar, do Centro de Animação da Rua do Bom Jesus e do Shopping Alfândega, criar um caminho para pedestres que refaça os antigos caminhos existentes na origem do bairro.

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco — AD-DIPER, *Plano de Revitalização — Bairro do Recife. Planejamento Urbano e Economia*. Recife, 1992, vol. 1, pp. 59-64.

Esses projetos estruturadores deveriam, na concepção do plano, ser implantados de forma articulada através de dois projetos de impacto, conforme quadro abaixo:

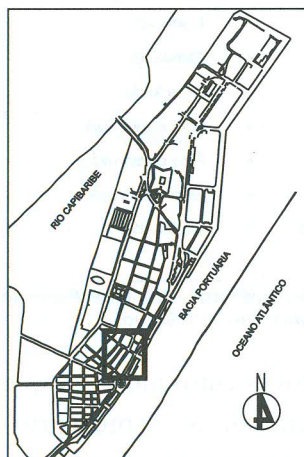
Projetos de impacto		
Conjuntos integrados de projetos estruturadores	Detalhamento	Situação em dez., 2000
Projeto de Impacto 1	<ul style="list-style-type: none"> Quarteirões de animação da Rua do Bom Jesus Reforma da Praça Arsenal da Marinha Transformação da Torre Malakoff em Centro do Frevo Terminal Marítimo de Passageiros Reforma da Praça do Marco Zero 	<ul style="list-style-type: none"> Implantados Concluída Concluída (como Centro Cultural) Concluído Concluída
Projeto de Impacto 2	<ul style="list-style-type: none"> Centro Comercial no Pilar Habitações coletivas Restaurante popular Abertura e “revitalização” da Avenida Alfredo Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> Não implantado Não construídas Não construído Concluídas

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco — AD-DIPER, *Plano de Revitalização — Bairro do Recife. Planejamento Urbano e Economia*. Recife, 1992, vol. 1.

Considerados a “marca” do plano, os projetos estruturadores — que formam o conjunto do Projeto de Impacto 1 — tinham como meta principal criar uma área de atração turística. Todas as propostas foram implantadas, delineando parte de uma nova imagem que se pretendia criar no bairro. A reforma da Praça Arsenal da Marinha (ou Praça Arthur Oscar) foi uma das primeiras obras e consistiu na recuperação das grades, dos jardins e bancos. Destaca-se a escultura de ferro que apóia uma centenária árvore que ameaçava cair.

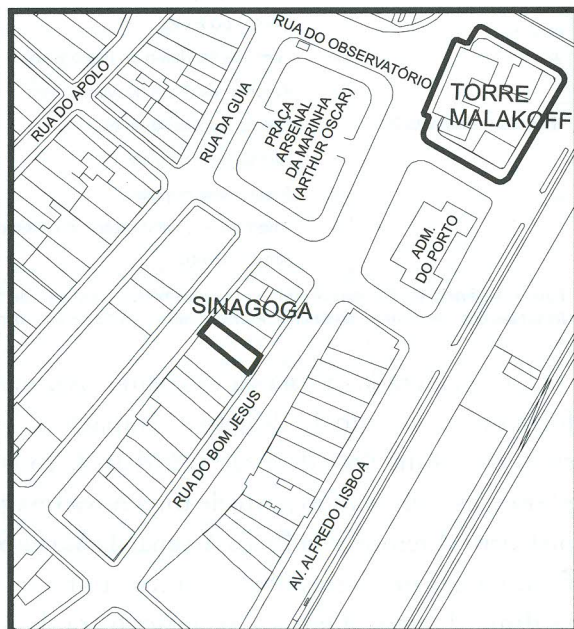
A Torre Malakoff teve a sua restauração inaugurada em 10 de fevereiro de 2000, em uma sessão solene que contou com a presença do então governador Jarbas Vasconcelos (o monumento é patrimônio estadual e foi restaurado pela Fundação do Patrimônio Histórico de Pernambuco (FUNDARPE), com recursos do estado). A torre, que era um antigo observatório, hoje abriga um centro cultural, onde, no primeiro piso, funciona uma biblioteca virtual, da qual é possível acessar banco de dados via Internet; no primeiro pavimento há uma sala de exposição; no terceiro e quarto pavimentos funcionam salas de reunião; o quarto pavimento é a sala do relógio da torre; e, no último, foi reinstalado um observatório com vários telescópios de pequeno e médio portes.

Os quarteirões de animação da Rua do Bom Jesus foram viabilizados não apenas pelas reformas na estrutura física da área, mas principalmente pela agenda de eventos que a Prefeitura mantém durante todo o ano, que delimita diferenciadas formas dos usos dos lugares. O *cultural turn* do urbanismo empresarial, sobre o qual se refere Otilia Arantes (2000), passou a atuar no Bairro do Recife como mecanismo de legitimação de uma imagem atrativa para o público consumidor, bem como para novos investidores em potencial.



BAIRRO DO RECIFE
ÁREA DE ANIMAÇÃO DO PÓLO BOM JESUS, LOCALIZAÇÃO DA SINAGOGA E DA TORRE MALAKOFF

REFERÊNCIA CARTOGRÁFICA:
MAPA-BASE BAIRRO DO RECIFE/URB



O casario reformado transformou o lugar em um agitado ponto de encontro, por onde circulam pessoas, sob o requinte das luzes e do burburinho de muitas vozes, marchinhas de frevo ou jazz. Estrategicamente direcionados para realçar as fachadas restauradas, esses focos de luz reforçavam a impressão cenográfica das ruas, cujo impacto passou a ser um enorme contraste com todo o resto do bairro. A partir das 18 horas, o trânsito era interditado nessas ruas e os cavaletes de madeira surgiam, acompanhando um reforçado esquema de segurança (pública e privada), que ajudava a transformar esse trecho da cidade em um artificial *boulevard*. Pouco a pouco as ruas eram tomadas por pessoas e as calçadas pelas mesas dos bares e restaurantes. Estimava-se que, em dias de grandes eventos, pelo menos 15 mil pessoas circulavam pelas ruas, em busca de lazer e diversão.

A Prefeitura passou a manter, com o apoio dos empresários do bairro, uma intensa programação cultural: *shows* com artistas locais, apresentações de dança, exposições de arte na rua, festivais de seresta. Durante todo o ano, diversas atividades asseguravam a continuidade do Pólo de Animação Cultural, integrando o bairro à agenda cultural da cidade. No carnaval, uma variada e intensa programação mantinha o local como uma das mais novas opções para o turista que frequenta Pernambuco. O desfile de agremiações no bairro era um espetáculo à parte: blocos, troças, reisados, maracatus, caboclinhos.

Mais de 50 agremiações desfilavam, entre elas os tradicionais Bloco da Saudade, maracatus Nação Pernambuco e Nação Elefante e a troça Pitombeira dos Quatro Cantos. Com vários palcos distribuídos em pontos estratégicos do bairro, a programação carnavalesca agregava uma variada combinação, visando públicos diferenciados.

Além dos inúmeros eventos itinerantes, a Prefeitura mantinha em sua programação oficial as festividades de São João, dois grandes eventos tipicamente de rua. Aos domingos acontecia, no Pólo do Bom Jesus, uma feira de antigüidades e artesanato. O "Domingo na Rua" reunia comércio varejista e atrações culturais, com apresentações de maracatus e grupos de frevo, grupos de dança, cantorias. Um palco montado na Rua do Bom Jesus tocava música dançante, ao som da qual casais arriscavam passos em uma pista improvisada no meio da rua.

O outro evento permanente que integrava as atividades de animação cultural era o "Dançando na Rua", uma espécie de baile ao ar livre em

que uma multidão dançava ao som de orquestras. Evento que reunia pessoas muito diferentes, o baile era parte do conjunto de eventos que asseguravam o caráter festivo da “revitalização”, permitindo a consolidação de um pólo constante de animação cultural no bairro. A adesão de parte da população evidenciava a boa aceitação que a proposta vinha recebendo, não deixando dúvidas de que o processo de *gentrification* tinha criado condições propícias para que surgissem novos usos do espaço urbano, transformando uma área da cidade em um espaço de grande visibilidade pública.

As últimas intervenções relativas ao Projeto de Impacto 1 foram a transformação de um antigo armazém do porto em um Terminal Marítimo de Passageiros e a reforma da Praça do Marco Zero. Ambas foram concluídas e podem ser consideradas como etapas de fechamento de um ciclo de intervenções do bairro, iniciado com o Projeto Cores da Cidade. A reforma do Marco Zero, que incluiu o Terminal Marítimo e a ampliação do traçado de uma praça, parece ter condensado parte substantiva da política de *gentrification* implantada. Antes da reforma, o local era uma pequena pracinha com bancos de madeira, onde se podia, à sombra das árvores, conversar a qualquer hora do dia. Era um local que convidava o olhar a se perder nos arrecifes naturais, na calma quase sonolenta de um final de tarde à beira do cais. A Marco Zero era um lugar de permanência e não apenas de passagem, que evocava o porto e o próprio Bairro do Recife como nenhum outro local. De alguma forma, só se sentia tendo chegado ao bairro quando se ia até à praça, onde estava a estátua do barão do Rio Branco olhando para o mar, junto ao pequeno monumento que localizava o Marco Zero da cidade.

A reforma da pequena praça lembrou, em uma acanhada escala, o impacto das demolições das primeiras décadas do século. A pracinha foi simplesmente arrasada: arrancaram-lhe as árvores com escavadeiras, removeram os bancos e refizeram seu traçado, que ganhou perfil de largo. A *Estátua do Rio Branco* foi deslocada para o lado, entre ensolaradas palmeiras imperiais. Um novo piso desenhou uma enorme rosa-dos-ventos em seu centro (só visível quando se sobrevoa o local), margeada pela frase: “Eu vi o mundo... ele começava no Recife”. O resultado foi a transformação de um espaço que tinha potencial para o encontro público em um espaço para espetáculos públicos.

Sem bancos e sem sombra, o novo Largo do Marco Zero repetia uma experiência comum nas metrópoles brasileiras: a remoção dos utensílios urbanos que asseguravam a permanência fortuita de pessoas nos locais. O enorme vazio do largo, somente preenchido em dias de grandes eventos — *shows* que mobilizam uma massa disforme e temporária de pessoas —, passou a ser a representação urbanista mais fiel da idéia empresarial do Plano de Revitalização do Bairro do Recife em mudar a imagem do bairro, transformando-o em um “espaço público para reunião e o espetáculo”.³³

O antigo local foi esvaziado de pessoas, mas não de sentidos. Noé Sérgio, arquiteto da URB, relata a reação dos espectadores durante a exibição de um filme no Festival de Cinema do Recife:

[...] a celeuma que suscitou nas pessoas esse sentimento de pertinência do espaço... e cadê o Marco Zero? No Festival de Cinema foi lançado um filme que é daqui de Pernambuco, muito bom, chamado *O rap do Pequeno Príncipe*,³⁴ que fala sobre a vida no subúrbio, um documentário, e todas as tomadas no Marco Zero, e os *skatistas* ali nos *skates* e a câmara vem e mostra o Marco Zero e o cinema inteiro começou a bater palmas para o Marco Zero. Então esse evento e aquela intervenção mexeram com as pessoas de uma certa forma, nesse sentido, na coisa da pertinência.³⁵

Além dessas medidas implementadas pelo Projeto de Impacto 1, o Projeto de Impacto 2 também era considerado fundamental por possuir um “sentido simbólico muito forte”,³⁶ na medida em que iria recuperar uma área degradada para uso dos próprios moradores do bairro. Do conjunto de medidas destinado ao Setor de Renovação, principalmente no chamado Pólo Pilar, apenas a abertura e “revitalização” da Avenida Alfredo Lisboa foram de fato implantadas na primeira fase, entre 1993 e 1996. Essa obra, localizada proximamente ao Marco Zero, possibilitou que o tráfego de veículos contornasse o norte da ilha, assegurando um livre fluxo para quem passava de automóvel pelo Largo do Marco Zero. Pela sua natureza, o Projeto de Impacto 2 deveria ter sido também implantado no início da “revitalização”, como o havia sido o Projeto de Impacto 1. No entanto, nada foi feito, nessa primeira fase do plano, no que se refere à habitação, apesar de se reconhecer a importância de ter pessoas residindo no bairro. A idéia de habitação do

plano voltou-se não para os seus moradores antigos, mas para novos possíveis moradores, com outro perfil socioeconômico. Houve, de fato, uma mudança de enfoque, perceptível numa leitura mais detalhada das duas versões do mesmo plano: a primeira falava diretamente dos moradores do Pilar, possíveis beneficiados com a construção das habitações populares. A segunda versão, entretanto, suprimia qualquer referência a esses moradores. O centro comercial do Pilar passou a ser visto como uma “nova frente de investimentos produtivos no Bairro”, servindo de “[...] exemplo, para a iniciativa privada, sobre a maneira rentável de reconversão do estoque de edificações históricas”.³⁷ O que era habitação popular transforma-se em “unidades vendáveis no mercado”,³⁸ cuja implantação se daria quando “[...] o problema da relocação da Favela do Rato for objeto de um projeto específico”.³⁹

O resumo das principais intervenções realizadas entre 1993 e 2000 possibilita verificar, finalmente, que o volume de investimentos públicos e privados no bairro esteve voltado para as metas centrais do Plano de Revitalização, ou seja, para criar um espaço central e nobre para a cidade.

**Resumo das principais intervenções da Prefeitura da Cidade do Recife
Bairro do Recife, 1993-1996**

Intervenções entre 1993 e 1996	Fonte de recursos
Desapropriações de imóveis na Rua do Bom Jesus	PCR
Desapropriações de barracas na Rua Barão Rodrigues Mendes	PCR
Recuperação de praças	PCR
Complementação da Avenida Alfredo Lisboa	PCR
Restauração da Ponte Maurício de Nassau	PCR
Urbanização da Rua do Bom Jesus	PCR
Projeto Cores da Cidade (restauração de fachadas)	PCR
Restauração de imóveis na Rua do Bom Jesus	PCR
Implantação de eletrocalha na Rua do Bom Jesus	PCR
Substituição e complementação da iluminação pública	PCR
Recuperação de passeios de pedra portuguesa	PCR
Restauração do Teatro Apolo	PCR/Fundação Roberto Marinho

Fonte: PCR/URB/DPE, Bairro do Recife: Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano, Programa Minc/IPHAN/BID. Recife, 1997.

**Resumo das principais intervenções do Programa PRODETUR 1
Prefeitura da Cidade do Recife, Governo do Estado de Pernambuco,
Ministério da Cultura/BID, Bairro do Recife, 1997-2000**

Intervenções	Fonte de recursos	
Reforma da Torre Malakoff	Gov. do estado/BID	
Restauração de imóveis	PCR	
Terminal Marítimo de Passageiros	PCR/BID	
Teatro Hermilo Borba Filho	PCR/Minc/BID	
Calçada da Rua Bom Jesus	PCR/BID	
Obras de infra-estrutura	Sist. de abastecimento de água	Gov. do estado/BID
	Recup. rede de coleta e esgoto	Gov. do estado/BID
	Recup. rede de águas pluvias	PCR/BID
	Impl. rede de energia elétrica	Gov. do estado/BID
	Rede subterrânea de telefonia	Gov. do estado/BID
Unidade de serviços	BID	
Sinalização urbana	BID	
Unidade de gestão do Centro Histórico	BID	
Urbanização do entorno do Forte do Brum	PCR/ Minc	
Recuperação das fachadas da Avenida Alfredo Lisboa	PCR/ Minc	
Recuperação da Ponte Limoeiro	PCR/ Minc	
Recuperação da Ponte Buarque de Macedo	PCR/ Minc	
Pavimentação e drenagem do sistema viário secundário	BID	

Fonte: PCR/URB/DPE, Bairro do Recife: Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano, Programa Minc/IPHAN/BID. Recife, 1997.

O impacto desses investimentos resultou em uma alteração da paisagem urbana do Bairro do Recife, cuja principal característica, voltada à criação de um *mix* de consumo e lazer, tem redesenhado o perfil do lugar: o bairro passou a ser a área de maior concentração relativa de bares e restaurantes na cidade do Recife. Parte da nova imagem construída para o local baseava-se justamente nessa singularidade de ser um dos únicos locais em que o consumidor tem diversas opções em uma área de pequenas dimensões físicas, a exemplo de uma praça de alimentação de um *shopping center*. André Lubambo, presidente da Associação dos Empresários do Bairro do Recife (ABR), comenta essa característica:

[...] eu nunca vi, não existe no Brasil, no mundo, um lugar que se assemelhe a isso aqui. No mundo não existe uma quantidade de bares numa rua dessa aqui onde você possa, clima, sei lá, são 16 bares nessa rua, fora os acentos. Um mexicano, um cubano... Não existe no mundo. Aí fora é coisa feita. Tô falando

num centro histórico, né. Um lugar desse no Centro Histórico. Não existe no Brasil em canto nenhum. Não existe. E a gente está sem vender isso aí. Falta a gente aprender a vender e se unir com esse pessoal do poder público [...].⁴⁰

Para uma perspectiva mais técnica, é possível que a primeira proposta de Jarbas fosse idealista. Zancheti (1995) corrobora essa leitura, embora mantenha uma postura bastante cética em relação aos resultados práticos da proposta: “Em termos de estratégia política, houve uma coerência com o discurso de campanha do Prefeito, fortemente identificado com campanhas populares e democráticas. Entretanto, essa postura foi de pouca valia para a reversão do processo de degradação da área” (p. 104). Segundo essa interpretação, o fato de Jarbas ter privilegiado ações voltadas aos setores marginalizados do Bairro do Recife — ou, nas próprias palavras do urbanista, um “único grupo social (favelados, prostitutas e trabalhadores portuários)” (ibidem) — contribuiu para interromper o projeto ao término da sua gestão, por não ter envolvido os atores que teriam capacidade de dar continuidade à proposta de “revitalização”: empresários, proprietários imobiliários, grupos financeiros, atacadistas e industriais.

Parece claro, no entanto, que essa “escolha” de atores se constitui menos num erro técnico do que numa *estratégica política* de um tipo de intervenção pretendida.

A preocupação de Jarbas não parecia ser a de desenvolver no Bairro do Recife um *investimento*, mas um programa social que integrasse a população local à problemática da preservação do patrimônio e renovação urbana. Se essa leitura estiver correta, tanto a proposta de Jarbas quanto a crítica de Zancheti estarão também corretas, uma vez que a “escolha” dos atores influi na natureza política do processo. O atual Plano de Revitalização do Bairro do Recife, elaborado na gestão de Joaquim Francisco (1993-1995) e do qual Zancheti foi o coordenador, também fez a “escolha” dos seus atores. A exemplo de Jarbas, a atual proposta de “revitalização” fez o mesmo, de modo inverso: privilegiou apenas “um único grupo social” (empresários, comerciantes e agentes financeiros), em detrimento da população pobre do bairro, posta em plano secundário em quase uma década de “revitalização” efetiva.

O processo de *gentrification* mudou a paisagem urbana do Bairro do Recife, mas essa mudança não alterou as assimetrias que demarcavam espacialmente as desigualdades sociais do lugar.

Do espaço urbano ao espaço público

O processo de *gentrification* que reinventou o Bairro do Recife como lugar deslocou para a esfera do consumo os sentidos tradicionais da sua história. A memória do bairro, inscrita em seu patrimônio edificado e na vida cotidiana dos moradores mais antigos, foi subsumida pelas estratégias de *marketing* urbano, que equipararam o antigo Povoados dos Arrecifes a um *shopping center*. Hoje, o bairro ocupa cada vez mais os espaços das narrativas sobre a singularidade do local para a cidade do Recife.

A construção dessa imagem esteve ancorada, desde o início, na idéia de transformação do patrimônio em mercadoria cultural e teve, como principais “sujeitos”, os empresários locais associados ao poder público. Em uma reunião que se tornou um marco para a “revitalização” do bairro, a frase “A arte gera lucros” encerrou um vídeo produzido pela Fundação Roberto Marinho, no qual se ressaltavam os bem-sucedidos investimentos privados na “revitalização” urbana do SoHo, em Nova Iorque. O vídeo foi peça de abertura do Fórum Bairro do Recife: Processo de Revitalização e Panorama Econômico,⁴¹ uma espécie de convocação geral para bons negócios na mais cobiçada área de “revitalização” do patrimônio cultural da capital pernambucana.

Na ocasião, o SoHo serviu como exemplo de um tipo de empreendimento que soube conjugar restauração arquitetônica e “revitalização” urbana, tornando o patrimônio economicamente sustentado. A utilização quase caricata do velho SoHo não foi apenas um recurso gratuito da competência visual da Rede Globo. Em que pese a sua singularidade, o Projeto de Revitalização do Bairro do Recife repetiu, a exemplo de outras cidades históricas, no Brasil e em outros países, uma tendência que se tem proliferado nas duas últimas décadas, cujo resultado mais visível tem sido uma contínua alteração da paisagem urbana com a transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e con-

sumo cultural. Antigas áreas “marginais” das grandes cidades vão abrindo complexos centros de lazer, com bares, restaurantes, galerias de arte e lojas de artesanato. Como qualquer outro empreendimento, a continuidade e autonomia política da “revitalização”, que asseguraria o tempo necessário para retorno dos investimentos realizados, é uma preocupação central. A forma encontrada para garantir essa continuidade na experiência do Bairro do Recife foi alterar as formas de gestão do próprio processo. No fórum, foi discutida essa questão, considerada central para o sucesso do Plano de Revitalização, como explicou o então secretário de Planejamento do município, José Múcio Monteiro: “Eu enxergo o bairro como um *shopping* em que está funcionando a Praça da Alimentação, eu vejo o bairro, vejo a Rua do Bom Jesus que é um absoluto sucesso, e enxergo a praça de alimentação de um *shopping* [...]. É por isso que nós estamos reunidos aqui, para que o Bairro do Recife se emancipe, fique independente [...]” (PCR/URB/ERBR, 1998, pp. 15-19).

Em que pese a convocação direta da Prefeitura aos empresários, em nenhum momento pode-se dizer que a administração do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife foi gerenciada pela iniciativa privada. A Prefeitura não abriu mão dessa prerrogativa, embora a parceria indique que dificilmente o poder público iria implementar qualquer medida que contrariasse os interesses do empresariado organizado que se instalou no bairro. A exemplo de outras associações como o Viva o Centro e a Associação Paulista Viva em São Paulo (Frúgoli, 2000), os empresários do Bairro do Recife organizaram-se em torno da Associação dos Empresários do Bairro do Recife (ABR), criada em função da necessidade de a iniciativa privada se fazer representar no processo de “revitalização”. A ABR não apenas se tornou a principal interlocutora do poder público como foi umas das principais responsáveis pela transformação da imagem do bairro. Nos primeiros anos da implantação do plano, a ABR, então chamada de ASBAR, lançou um tablóide de circulação gratuita, chamado *Marco Zero*. Nesse jornal, eram divulgadas as principais realizações da Prefeitura, assim como os eventos do bairro. Sempre realçando as qualidades da “revitalização”, a ABR firmou sua atuação no processo de intervenção urbana, sem, contudo, dispensar a liderança do poder público. Essa parceria indicava uma característica básica do *market lead city planning*: apesar de flexibilizar a rígida separação entre público e privado, o urba-

nismo empresarial não abre mão da intervenção estatal que assegure a manutenção dos interesses do mercado (Vainer, 2000). A maior preocupação era justamente manter o local como um ponto atrativo para novos empreendimentos que assegurariam o sucesso das intervenções públicas já realizadas. O Bairro do Recife, sonhado como um *shopping*, tinha um perfil de usuário claramente identificado com um “cidadão consumidor”, diferenciado-se radicalmente da concepção inicial de cidadania pensado na primeira fase da “revitalização”.

Entre as duas principais etapas de *gentrification* do Bairro do Recife, a iniciada por Jarbas Vasconcelos em 1988 e a que começou em 1993 e se desenvolvia até o momento em que esta pesquisa era concluída, observase uma alteração substantiva sobre as concepções de cidadania, patrimônio e espaço público. A estratégia de “revitalização” do Centro Expandido do Recife, proposta na qual estava circunscrita a primeira fase com o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, mantinha uma concepção de espaço urbano enquanto *espaço público*, numa aproximação conceitual que se tornou bastante comum no debate contemporâneo sobre *esfera e espaço público*. Ao propor a abertura de áreas públicas, o plano articulava essa aproximação, que entende que a localização por excelência das sociabilidades públicas é justamente a *rua*.

Essa concepção refletia a politização do debate contemporâneo acerca das reivindicações populares sobre os direitos de moradia e pertencimento à cidade. Ao tornar central o conceito de rua como espaço público, o plano recolocava os moradores do bairro como “sujeitos” centrais da proposta de reabilitação. Nesse debate, a rua era geralmente vista como um espaço no qual os direitos são afirmados, deslocando a clássica concepção do pensamento social brasileiro que a via como um local típico da insegurança e do risco, a exemplo das análises desenvolvida por Freyre (1979) e Da Matta (1997). Esses autores apreenderam uma dimensão de fato existente no curso da formação da ideologia da cultura brasileira que, ao fazer a separação entre a casa e a rua, distinguia as sociabilidades pública e privada pelo nível de familismo e patrimonialismo existentes. Ainda que essas características persistam em vários níveis da sociedade brasileira, outras dimensões se somaram à definição de vida pública no Brasil, a partir, principalmente, dos anos 70, com a emergência dos movimentos sociais e dos novos “sujeitos” de direitos.

Se durante muito tempo a idéia de cidadania esteve articulada, na sociedade patriarcal brasileira, à casa-grande e aos sobrados urbanos — locais em que as elites do país exerciam o poder—, a rua, por sua vez, foi paulatinamente subvertendo a localização dos direitos sociais para além das dimensões privadas da vida social. Esse é um debate em que dificilmente podemos evitar o constrangimento remissivo ao qual se refere Elias (1998), ao discorrer sobre os percursos históricos da civilidade. A experiência social brasileira tem, no passado e também no presente, a marca da incivilidade: no preconceito dissimulado, na miséria manipulada, no autoritarismo institucionalizado.

Falar de uma sociabilidade pública implica referir-se ao modo através do qual uma sociedade constrói estilos de vida e articula padrões diferenciados do que considera “civilizado”. No entanto, como destaca Elias (1998), é com um certo desconforto que podemos observar como os padrões históricos de conduta pública se modificaram em razão de uma barbárie que era muitas vezes tida como expressão usual do comportamento. Na história dos costumes, as noções de *civilité* e *civilisation* representariam, assim, etapas de um processo civilizacional em curso, cuja face moderna se inicia na típica representação de uma cultura pública da sociedade da corte. Ao longo do século XVIII europeu, sobretudo inglês e francês, “civilizar-se” significava compartilhar e tornar visíveis hábitos que eram cultivados na corte, enquanto “espaço público” das sociabilidades aristocráticas (Habermas, 1996; Elias, 1998; Sennett, 1998). Dessa relação entre estilos de vida e “espaço público” são construídos critérios de “civilidade” e parâmetros políticos, para tratar a participação dos *iguais* e das *diferenças* na vida pública.

Falar de uma sociabilidade pública no Brasil é, antes de tudo, falar desses antagonismos que permeiam as relações sociais, cuja reificação tem reproduzido um padrão autocrático e populista de tratar o público como uma extensão dos interesses privados. Por essa razão, parte do debate contemporâneo sobre “espaço público” no Brasil retoma a crítica social como princípio analítico, para reafirmar a necessidade da constituição desses “espaços” como instâncias nas quais os direitos sociais possam ser reconhecidos, numa perspectiva em que a cidadania pressupõe a existência de uma sociabilidade baseada no reconhecimento dos diferentes valores e interesses da sociedade.

Parte dessa reflexão contemporânea sobre a natureza do “espaço público” no Brasil tem destacado justamente essas dimensões conceituais que articulam a noção de cidadania à existência dos espaços de sociabilidade pública. Seja tomando o “espaço público” como *esfera* — enquanto “arena” ou “cenário” de debate, visibilidade e negociação —, seja considerando-o *espaço urbano*, o debate brasileiro retoma os grandes temas relativos ao caráter emancipatório da vida pública e à permanente interpenetração do público e do privado, remetendo a discussão ao árido terreno do debate brasileiro sobre a existência de um padrão de civilidade que supere a miséria, a exclusão, o autoritarismo. O principal foco das abordagens que tratam o “espaço público” como *esfera pública* recai nas formas de participação política e organização da sociedade civil no interior do debate sobre democracia e construção da cidadania (Paoli, 1989; Telles, 1992; Costa, 1997; Paoli e Telles, 1998; Dagnino, 1998; Oliveira, 1999).

De forma semelhante, as análises que utilizam o termo “espaço público” como *espaço urbano* desenvolvem, na outra ponta do mesmo debate, a mesma angulação analítica em torno dos mesmos temas que têm marcado a face excludente e autoritária da formação social brasileira: enfocando a dimensão *espacial* da desigualdade social, essas análises recuperam o sentido de *lugar* e a dimensão pública do espaço urbano, traduzidos nas distintas formas de ocupação dos espaços da cidade, na construção dos territórios urbanos e dos lugares políticos que expressam as demandas de cidadania e pertencimento (O. Arantes, 1993; Caldeira, 1997; Magnani, 1998; Orlandi, 1999; Peixoto, 1999; A. Arantes, 2000).

Ainda que seja possível tomar como complementares as noções de espaço público e espaço urbano, é necessário, contudo, apontar certas características que qualificam uma determinada rua como espaço público. O documento inicial da primeira etapa de “revitalização” do Bairro do Recife tinha uma concepção de espaço público que superava a noção puramente urbanística de espaço urbano, inserindo uma qualificação diretamente política ao centro urbano, na condição de local para o exercício democrático da cidadania. O documento entendia o “centro urbano” como um lugar da convergência, como espaço complexo da cidadania, lugar em que nenhum grupo social possa impor unilateralmente o seu domínio”, e tinha como um dos objetivos da reabilitação “o exercício da

gestão democrática do espaço, direito que o cidadão tem de tornar-se sujeito das definições do espaço físico de sua convivência. Com esse método procura-se romper a forma autoritária de intervenção do Estado e busca-se o caminho de uma cidade de cidadãos e não uma cidade dominada”.⁴²

Essa idéia de uma rua como “espaço complexo da cidadania” pressupõe que o espaço urbano seja não apenas uma “arena” — onde diferentes interesses se tornam públicos —, mas também possa estruturar as próprias demandas que a cidadania reclama. Nesse caso, entende-se que uma noção de espaço público requer, para qualificar como *públicos* determinados espaços urbanos da vida contemporânea, uma inserção conceitual de mão dupla entre *espaço* e *sociabilidade pública*. Implica, portanto, relacionar dois processos interdependentes, que concorrem simultaneamente para uma única direção: a *construção social do espaço*, enquanto produto e produtor de práticas sociais; e a *construção espacial da sociabilidade pública*, enquanto produto e produtor das espacializações da vida social.

Essa referência à construção social do espaço tem no trabalho de E. Soja (1993) o melhor mapeamento conceitual, cujo foco central não apenas aborda a afirmação de uma categoria analítica disciplinar — o *espaço* —, mas refere-se, sobretudo, aos pontos de convergência entre a moderna geografia e a teoria social contemporânea. Os aspectos centrais desse debate são discutidos por autores como N. Smith (1988, 1996, 1997), D. Harvey (1992), D. Massey (1994) e Gottdiener (1997), que abordam, em estudos de caso, as implicações e desdobramentos metodológicos da inclusão dessa categoria “espaço” na tentativa de superar uma concepção de espaço puramente circunscrita à dimensão física. Deslocando o eixo conceitual para além das dimensões meramente físicas e exteriores do espaço, a noção de espaço socialmente produzido mantém a materialidade física como recurso ontológico e pode contribuir para a apreensão do *espaço social* (potencialmente político ou discursivamente comunicativo, do modo como Arendt e Habermas tratam analiticamente a construção da esfera pública).

No ponto onde se dá a confluência entre o espaço concreto e material da rua e as ações sociais que lhe atribuem sentidos, o espaço público configura-se qualificando um determinado logradouro urbano. Nem toda rua, portanto, possui as características necessárias e diferenciais

para se constituir em um “espaço civil” (Paoli, 1982), que representariam a conjunção de uma igualdade jurídica com ação política, cujas práticas sociais publicizariam diferentes visões de mundo, demandas, conflitos e dissensões sobre a política da vida pública cotidiana. A rua é, por definição, um espaço urbano de caráter predominantemente público, no sentido de *public property*, enquanto propriedade pública do Estado (Gulick, 1998). Ela pode ou não instituir o que Holston (1993) chamou de “sistema de espaços públicos”, ao se referir à eliminação dos “pontos de convivência social” pela supressão de ruas e esquinas da moderna arquitetura de Brasília. Em contraposição à esfera da vida privada, a *rua* continua a ser um segmento do espaço urbano potencialmente voltado para as experiências públicas. Com essa concepção, o primeiro Plano de Reabilitação do Bairro do Recife previa um controle urbanístico, com a “remoção de elementos localizados indevidamente em via pública” e a “abertura de áreas públicas privatizadas”.⁴³ Obviamente, a obstrução privada das ruas pode inibir a construção de seu sentido público, ainda que a sua desobstrução não garanta necessariamente que nela se desenvolvam usos e práticas capazes de diferenciá-las como *espaço público*. Essa dimensão qualitativa dos lugares políticos foi assinalada por Arantes (2000a), ao analisar as transformações do espaço público paulistano. Através do reconhecimento de que certas manifestações públicas não se estruturam em qualquer *rua*, mas apenas em certos espaços, os quais têm sentidos para os atores envolvidos, Arantes pôde destacar, na mesma direção de Schechner (1993), o caráter reflexivo do espaço na constituição das práticas sociais.

Essa dimensão social do espaço foi também desenvolvida por Habermas (1998), quando afirmou que seria possível “localizar” as práticas interativas — que constituem a esfera pública — no “mundo da vida”, em cujo espaço social são circunscritos contextos de ação.⁴⁴ Seria exatamente no mundo da vida, situado nos lugares comuns de interação recíproca e entendimento (Souza, 2000), que os agentes da ação estabelecem um ponto de partida comum para que a interação ocorra comunicativa e reflexivamente.⁴⁵ Habermas baseia-se numa concepção de espaço social para o (e do) “agir comunicativo”, cujos contextos da ação podem ou não estar delimitados em configurações espaço-temporais concretas. Os contextos de ação podem, como as manifestações públicas,

deslocar-se para diferentes lugares, na medida da significação que têm para o tipo de ação reivindicada. De modo semelhante a Hannah Arendt, Habermas reafirma o princípio da *interação* sobre o da *localização* em sua concepção de esfera pública, na qual o espaço potencial da fala e da ação não necessariamente tem *lugar* predeterminado: onde quer que ocorram as interações mediadas pelas relações de poder, que possibilitem a expressão da fala e do agir, existirá um espaço onde se materializaria a esfera pública.⁴⁶ A interação, à qual Habermas se refere, é *comunicativa* e implica uma intersubjetividade compartilhada a partir das reivindicações discursivas: o espaço social da fala é, assim, construído pela linguagem — enquanto categoria ontológica do agir comunicativo (Cohn, 1993). A esfera pública prescinde de uma *localização espacial*, ainda que possa situar-se em um espaço concreto. A sociabilidade pública do agir comunicativo (em Habermas) e da política da vida ativa (para Arendt) não é necessariamente o espaço urbano, ainda que nele possa *contingencialmente* constituir-se.

A circunstancial relação entre *esfera pública* e *espaço*, no entanto, não torna menos plausível a premissa contrária: o espaço pode ser, em certos casos, mais do que uma simples contingência para a estruturação das sociabilidades públicas. O espaço pode vir a ser, nos casos em que os agentes se reconhecem pelas significados comuns a ele atribuídos, fator de inteligibilidade da constituição da própria esfera pública, na medida em que certas dimensões espaço-temporais incidem sobre os motivos das ações públicas. Nesse caso, entende-se que determinadas sociabilidades públicas guardam relações práticas e simbólicas com os *lugares* sociais nos quais se estruturam.

Uma noção de *espaço público*, portanto, construída a partir das interfaces entre os conceitos de esfera pública (da qual retira a categoria *ação*) e de espaço urbano (do qual retém a sua referência espacial), necessitaria contemplar as relações de reciprocidade causal entre a construção social do espaço e a espacialização das ações sociais. Pode-se dizer, afinal, que, a partir dessa relação entre *espaço* e *ação*, as práticas interativas atribuem sentidos aos lugares, que por sua vez contribuem para a estruturação dessas ações, promovendo reflexivamente a confluência entre o espaço urbano e a esfera pública, construtos dos quais a noção de *espaço público* retira suas principais categorias: espaço e ação. Parte das reflexões em

torno do conceito de espaço público não se refere a uma única problemática: diferentes abordagens tratam o tema com pelo menos três distintas conotações: como espaço urbano aberto de propriedade pública do Estado (*public property*); como espaço-signo das relações entre representações e poder que estruturam paisagens urbanas (*semiotic space*); e como *public sphere*, na qual os indivíduos como cidadãos engajados politicamente podem ver e ser vistos e se deparam com formas de solidariedade social (Gulick, 1998, p. 136). Embora distintas, essas abordagens são intercomunicáveis: ainda que uma *public sphere* não se limite a uma determinada configuração física (quando mediática ou virtual, por exemplo), pode-se estruturar num espaço urbano específico, como uma rua ou uma praça. Mesmo não sendo *per se* um local de interações e reivindicações públicas (sejam reivindicações de validade, ideológicas ou instrumentais), o espaço urbano (*public property*) pode vir a ser uma *public sphere* quando ao seu *espaço* são atribuído *sentidos* (tornando-o *lugar*) para as reivindicações em curso. Nesse caso, entende-se que determinadas reivindicações públicas guardem relações com os *lugares* sociais nos quais se estruturam. Por fim, a paisagem urbana, cuja dimensão arquitetônica lhe é fundamental, também pode, em certos contextos, apresentar interfaces tanto com os espaços urbanos de propriedade do Estado (quando as paisagens alteram os usos públicos e privados desses espaços urbanos), quanto com a esfera pública (quando, por exemplo, uma determinada paisagem segmenta e segrega pessoas, contribuindo para um esvaziamento do seu sentido público ou potencializando seu uso político).

Nos três casos, o que distingue os conceitos “puros” dos derivados das conjunções são qualificações relacionadas aos usos e/ou à dimensão espacial. Mais do que evitar desconfortos terminológicos, a distinção entre os conceitos de *espaço urbano*, *espaço-signo* e *esfera pública* assegura a possibilidade de qualificar um quarto termo: a partir do esquema de Gulick (1998), é possível sugerir que o *espaço público* expressaria não uma sinonímia para cada conjunto de termos, mas uma síntese de parte das suas características.⁴⁷ Uma noção de *espaço público*, portanto, que não considere as práticas interativas entre os agentes envolvidos em sua construção social, estaria apenas se referindo ao espaço urbano; assim como a noção que prescinde de uma referência espacial para as ações interativas entre os agentes seria uma esfera pública.

Uma das vantagens dessa diferenciação consiste em evitar a sobreposição desses termos, como ocorre muitas vezes nos estudos de urbanismo, ao se chamar de “espaço público aberto” o que seria simplesmente uma *public property*. O incômodo que essa redução pode causar a cientistas sociais que estudam a dimensão *pública* do espaço urbano não resulta de um mero preciosismo, muito menos de uma revolta pelo monopólio legítimo dos conceitos. Trata-se de algo mais simples, porém fundamental para se apreender os significados sociais dos espaços da cidade: o poder qualificar (e diferenciar) como *públicos* certos espaços urbanos ou, dito de outro modo, identificar a potencialidade que certos *espaços urbanos* retêm para se tornar *espaços públicos*.

Embora o *espaço público*, portanto, se constitua no espaço urbano, é possível entendê-lo como uma categoria sociológica que ultrapassa a *rua*, constituída pelas práticas que atribuem sentidos e estruturam *lugares*. Enquanto espaço social, um *espaço público* não existe *a priori* apenas como *rua* (que, ao contrário, é sempre *rua*, vazia ou não), mas estrutura-se pela presença de *ações* que lhe atribuem sentidos. Por essa razão, é mais adequado tratar o *espaço público* como uma categoria analítica que ultrapassa a *rua*; como um conjunto de práticas que se estruturam num certo *lugar*. O debate sobre o esvaziamento da dimensão social do espaço urbano reclama, assim, uma distinção entre o caráter potencialmente público de um espaço urbano aberto e a existência de fato de relações sociais que o qualifiquem como *público*, uma vez que a existência *per se* desses espaços não garante *a priori* o seu sentido público.

A partir dessa distinção conceitual, podemos afirmar que o primeiro Plano de Reabilitação do Bairro do Recife entendia a rua como um “espaço público” voltado para certas dimensões práticas da cidadania: resgatar o bairro para seus moradores, garantindo o direito de permanecer num local em que foram os maiores agentes de sua preservação. O segundo Plano de Revitalização, ao contrário, ao fazer outra escolha de atores — empresários e consumidores —, realçou uma concepção de “espaço público” que subsumiu a noção de cidadania ao restringir os usos da rua às atividades de lazer e consumo. A preocupação excessiva com uma nova imagem enobrecida do bairro traduziu-se em uma concepção de “espaço público” voltada para a segurança, a limpeza e o entretenimento. Na prática, resultou também na rejeição aos meninos em situação

de rua, cuja presença era considerada incômoda para os consumidores da Rua do Bom Jesus. Ao contrário do primeiro plano, cuja proposta do Memória em Movimento buscava integrar a população local à vida social do bairro, a atual proposta de *gentrification* tem exigido da Prefeitura o desenvolvimento de ações pontuais, preocupadas predominantemente em remover essas crianças das ruas “revitalizadas”. Excetuando a implantação da Escola Municipal, as duas outras ações — a Oficina de Guias-Mirins e os projetos Espaço Aberto e Hora de Acolher — foram iniciativas marcadas por uma grande ambigüidade: situaram-se no tênue limite entre o dever público do Estado em assistir a infância e o abuso de poder no disciplinamento dos usos públicos do espaço urbano através do monopólio legítimo da força.

Mesmo a escola, entretanto, cuja implantação poderia ser compreendida como uma ação natural da obrigatoriedade do Estado para com a educação infantil, tem uma dimensão muito próxima do caráter meramente disciplinador das outras ações: a necessidade de criar uma escola no bairro somente foi notada pelo evidente antagonismo existente entre o processo de *gentrification* que estava em curso e a pobreza extrema da Favela do Rato. Em termos práticos, essa contradição se refletiu na necessidade de manter o Pólo Bom Jesus livre dos inúmeros meninos que perambulavam pelas ruas.

A Escola Municipal foi criada em 12 de outubro de 1997, segundo a então diretora Geruza Cavalcati,⁴⁸ depois que o prefeito Roberto Magalhães ficou sabendo que uma mãe havia dado cola de sapateiro para que o filho pequeno, faminto, dormisse. Esse relato foi feito pelo próprio prefeito, no Fórum Revitalização e Panorama Econômico, realizado em 1998:

[...] o trabalho de “revitalização” do Bairro do Recife tem que ter um componente social. Veja: eu implantei o projeto bolsa escola, e uma equipe da bolsa escola, levantando as famílias, as crianças fora da escola, descobriu na Favela do Rato, que é dentro do Bairro do Recife, 183 crianças sem escola, e viu uma cena das mais tristes que já tive conhecimento na minha vida pública, uma mãe dando cola para o bebê cheirar e dormir, porque a fome não permitia que ele conciliasse com o sono. Em menos de 40 dias instalamos uma escola, estão lá os alunos, e eu acho que precisamos também lembrar que o bairro do Recife tem os seus excluídos e que temos que incluí-los nas nossas preocupações.⁴⁹

Havia, infeliz e visivelmente, um enorme descompasso entre a fala do prefeito e as ações da Prefeitura. Os excluídos do Bairro do Recife estavam presentes nas preocupações dos gestores da “revitalização”; não necessariamente, entretanto, como protagonistas do espetáculo urbano que se pretendia imprimir no “espaço público”. Instalada precariamente em uma casa abandonada da Construtora Mendes Jr., a escola estava, até julho de 2000, em péssimo estado de conservação. Em um dia de chuva intensa, foi possível ver as goteiras invadirem as salas de aula, cujas paredes internas, de madeira, estavam em franca deterioração.

A infra-estrutura precária dava a nítida impressão de coisa improvisada com poucos recursos. A escola tem funcionado, sobretudo, graças à boa vontade dos professores e funcionários, que se tornam profissionais do improviso e da criatividade em “educar” em situações tão escassas, e do estímulo do Programa Bolsa Escola, que atinge aproximadamente 25% dos alunos e garante uma ajuda de custo de até um salário mínimo para o pai ou mãe desempregados.⁵⁰ Há, aproximadamente, 500 alunos frequentando a escola, a maioria composta por crianças e jovens da favela, além de estivadores e arrumadores adultos, distribuídos em cinco turmas de educação infantil, oito turmas de ensino fundamental e turmas diversas de Educação Básica de Jovens e Adultos (EJA). Na escola funciona, ainda, o telecurso e educação básica para funcionários da Prefeitura.⁵¹ Apesar de sua precariedade, a escola tem, obviamente, desempenhado um papel fundamental na garantia do direito básico à educação dos meninos e meninas da Comunidade Nossa Senhora do Pilar. É preciso que se diga, entretanto, que a Escola Municipal foi a única ação que, de fato, trouxe algum benefício para a favela, em quase 13 anos de “revitalização” do Bairro do Recife.

A realização da Oficina dos Guias-Mirins, por sua vez, foi a única experiência ancorada na idéia de inserção dos moradores ao processo de “revitalização”, uma vez que possibilitou um primeiro contato com os temas relativos à cultura e ao patrimônio edificado do bairro. Realizada pelo Escritório de Revitalização e pela Legião Assistencial do Recife (LAR) — com o Projeto de Capacitação Brigada Jovem — Guia-Mirim —, objetivou capacitar profissionalmente os meninos para a entrada no mercado de trabalho emergente do bairro. O projeto consistiu em uma Oficina de Edu-

cação Patrimonial, na qual foram trabalhados conteúdos relativos à história do bairro e ao Projeto de Revitalização, bem como às noções de cidadania, trabalho, patrimônio e turismo.⁵² Embora importante para desenvolver um conhecimento básico sobre o patrimônio histórico e, ao mesmo tempo, criar alternativas de renda para uma parcela geralmente excluída da “revitalização”, a formação desse tipo de mão-de-obra semi-especializada necessita ainda superar uma certa padronização que tem reduzido as informações sobre o patrimônio a um conjunto oficial de dados e datas. Voltadas especificamente para as necessidades do próprio mercado do turismo cultural, que demandam esse tipo de serviço de informação durante os passeios de consumo visual do patrimônio, as informações são muitas vezes repetidas incansavelmente, como se fossem ladainhas que ninguém pode interromper — sob pena do guia repetir tudo do início porque não entende sequer o teor do seu discurso. Se oficinas desse tipo pretendem profissionalizar adolescentes, como em geral explicitam em seus objetivos,⁵³ precisam ser capazes de despertar o interesse criativo pela história e incentivar a desenvolver as próprias narrativas sobre a importância do patrimônio. Caso contrário, o que poderia ser uma excelente oportunidade para problematizar as condições simbólicas de construção da cidadania através da memória inscrita no patrimônio cultural e desenvolver a responsabilidade da conservação daqueles que habitam os centros e sítios históricos, torna-se apenas uma mecânica ilustrada de como tratar bem o turista desinformado. A realização da oficina, entretanto, parece ter desempenhado um papel muito mais lúdico e pedagógico em relação aos meninos e meninas, sobretudo porque propiciou o despertar de um olhar inclusivo sobre o local onde essas crianças moram — o que já torna a iniciativa absolutamente relevante —, do que propriamente uma proposta sistemática de qualificação profissional continuada.

A iniciativa mais polêmica, complexa e problemática foi, no entanto, o Projeto Espaço Aberto. O ponto de inflexão mais elementar de uma concepção de cidadania — que compreende o direito de estar na cidade, ocupar lugares e criar itinerários próprios de permanência e passagem — foi substantivamente subvertido pelo princípio do *enobrecimento* do Bairro do Recife, que tenta transformar, a partir de uma discutível concepção de requalificação do “espaço público”, as ruas em espaços de lazer e consumo.

O Projeto Espaço Aberto é uma proposta de atendimento a crianças e adolescentes trabalhadores do Bairro do Recife, resultado de uma parceria entre a LAR, a Empresa de Urbanização do Recife (URB) e os empresários do bairro. Formalmente, o programa foi criado para ser uma alternativa pedagógica para as crianças que circulam pelas ruas vendendo pequenas mercadorias e serviços, em face do reconhecimento de que, com a “revitalização”, “[...] o Bairro do Recife consolidou-se como pólo cultural de serviços e lazer, constituindo uma natural atração para os meninos de rua da região metropolitana do Recife”.⁵⁴ Coordenado pela LAR, o projeto funcionou inicialmente na casa de número 156 da Rua da Moeda e consistia em desenvolver atividades recreativas e educacionais no período noturno, exatamente quando ocorre uma intensificação do funcionamento dos bares e restaurantes do bairro.

Os meninos e meninas, em média 50, são moradores da própria favela, em geral pequenos trabalhadores que buscavam, à noite, as ruas movimentadas do bairro. Embora um dos critérios para participar do projeto seja estar matriculado e freqüentando a Escola Municipal do bairro, algumas crianças não estudam e outras foram encaminhadas à escola pela própria LAR. As atividades começam em torno das 20 horas e duram até aproximadamente 23h30. Na própria sede do projeto, as crianças participam de oficinas culturais de teatro popular, dança e artes, assistem vídeos e palestras sobre saúde pública e prevenção de drogas. Em alguns dias, os monitores que ministram essas oficinas levam-nos, em transporte da LAR, para o Memorial Arcoverde, em cujo complexo esportivo as crianças participam de jogos e atividades esportivas. Todos os dias é oferecido um lanche, que em geral é composto de leite, biscoitos ou pão. Um dos objetivos do projeto é envolver também as famílias e a comunidade nas atividades de acompanhamento pedagógico, através de reuniões que se realizam na sede, para debates e conversas sobre o andamento das atividades, contribuindo, possivelmente, para que as crianças e suas famílias reflitam sobre as próprias condições e modos de inserção no Projeto de Revitalização.

Apesar dessa iniciativa, o crescente número de meninos e meninas que começaram a freqüentar o bairro, vindos de outras localidades do

Recife, agravou as possibilidades de controle das ruas. A força política que hoje tem o processo de “revitalização” para a imagem da cidade pode ser avaliada também pela solução jurídica encontrada: a transferência da sede do Conselho Tutelar para o Bairro do Recife, situada exatamente onde funcionava o Espaço Aberto, que passou a desenvolver suas atividades na Escola do Pilar. Com o Conselho Tutelar no Bairro, a remoção rápida e eficaz das crianças foi assegurada por uma portaria inédita do Juizado da Infância e da Juventude, que determina a retirada imediata da rua, após às 21 horas, de qualquer criança ou adolescente desacompanhado e em “[...] evidente situação de risco, mendigando, limpando vidros de automóveis ou em atividades laborativas de pequeno comércio (camelolagem)”.⁵⁵

Como a orientação normativa recomenda que os meninos e meninas sejam imediatamente conduzidos ao Conselho Tutelar, o Bairro do Recife tornou-se um dos locais mais ágeis na remoção dessas crianças. Para viabilizar essa ação, a Cruzada de Ação Social, do Governo do Estado de Pernambuco, criou o Projeto Hora de Acolher, em que assistentes sociais e membros do próprio Conselho Tutelar percorrem as ruas revitalizadas do bairro à procura desses meninos. Encontrando-os, informam as crianças da restrição legal e proíbem a sua permanência no local após o horário determinado.

A proposta, teórica e juridicamente justificada no princípio do amparo à criança e ao adolescente, entende que a cidadania desses meninos estaria comprometida pela situação de rua. O discurso é evidentemente conhecido: retirá-los da rua é visto como a medida óbvia e indiscutível para recuperar essa cidadania, quando, no entanto, se sabe que quase sempre essa retirada não implica de fato mudança nenhuma na situação real de cada um, haja vista a inexistência de alternativas reais para que essas crianças e suas famílias (quando há) mudem suas condições de vida. No caso do Bairro do Recife, parece evidente que a medida, sob o louvável — porém equivocado — pretexto da proteção à criança, consiste num simples ato de remoção policial de um “estorvo” para as práticas de entretenimento e lazer de uma classe média que freqüenta a Rua do Bom Jesus. Fora dos cavaletes que demarcam o perímetro enobrecido, a fragilidade da proposta mostra sua verdadeira face: muitas vezes, os meninos que são expulsos da Bom Jesus continuam perambulando por outras ruas

do bairro sem ser incomodados. A única cidadania que se recupera é a do cidadão-consumidor das políticas de *gentrification*.

O ato de remover as crianças das ruas revitalizadas evita o constrangimento e insegurança causados pela presença dessas crianças, para pessoas habituadas a circular em ambientes fechados, limpos e aclimatados, a exemplo dos *shopping centers*, cujos miméticos “espaços públicos” têm servido de modelo para o próprio Plano de Revitalização do Bairro. Essa imagem, entretanto, construída pelo poder público e pelos empresários, não é uma idéia hegemonicamente aceita por todos os que o freqüentam e/ou habitam o local. A idéia de transformação do bairro em um *shopping center*, do qual a Rua do Bom Jesus seria a Praça de Alimentação, pode soar coerente para a Associação dos Empresários do Bairro do Recife, mas possivelmente não será compartilhada pelos trabalhadores do porto, os moradores da Favela do Rato ou pelos freqüentadores da Rua da Moeda. Para Francisca Lopes Gomes, a problemática dos meninos da Rua do Bom Jesus é uma questão básica de sobrevivência: “Os meninos estão atrapalhando as mesas porque estão precisados, tão com fome, os pai não tem emprego, vive mendigando o pão de cada dia. É por isso que eles estão ao redor das mesas atrás de ganhar um trocado, um tostão. Não tão atrás de roubo, não. Ou você acha que os meninos vão fumar mato, maconha, cheirar cola ali, não... Os meninos tão atrás de uma esmola pra comerem. Porque os meninos não são colarinho branco, são uns ‘embolé’, uns morto de fome”.⁵⁶

A reinvenção do Bairro do Recife como *centralidade* fez do local um *mix*, em que tradição e modernização se fundem sob o discutível crivo do mercado, que exclui, segrega e amputa aspectos elementares da cidadania no Brasil. Convém indagar, sobretudo, o alcance que essas diferentes intervenções têm para a representação que as pessoas fazem de *si* mesmas e dos *outros*, quando interagem nesses espaços modelados.

Em outras palavras, que tipo de interferência têm essas ambientações simbólicas na construção dos lugares sociais, que fragmentam os espaços urbanos, delinham visões próprias dos seus lugares identitários e delimitam territorialidades no espaço público?

O processo de *gentrification* do Bairro do Recife tem minimizado, em parte, as possibilidades de diferentes atores atribuírem sentidos aos espaços.

Digo *em parte* porque a complexa espacialização dos usos do espaço no bairro tem também contribuído para que outras formas de apropriação se desenvolvam, construindo diferentes lugares. As ruas enobrecidas, quando se tornam pontos de disputa pela visibilidade, retêm uma dimensão predominantemente pública, na medida em que a possibilidade de permanência ou não das pessoas se transforma num imperativo de reconhecimento de pertencer ao bairro e, conseqüentemente, de ter o direito de nele estar e transitar. Essas disputas não ocorrem em quaisquer ruas, que continuam sendo espaços urbanos do Bairro do Recife. A qualificação de certas ruas como espaço público dá-se sobretudo a partir das tensões que se erguem das diferentes possibilidades de uso e dos sentidos atribuídos pelos moradores e freqüentadores. A segunda fase do Plano de Revitalização abandona qualquer referência à cidadania quando elege um conceito de espaço público como espetáculo, mas não escapa das respostas vernaculares que instalam pontos de crise na legitimidade que cerca as políticas de “revitalização” do patrimônio.

Mais uma vez uma pergunta de Francisca Lopes Gomes materializa um desses pontos de crise, quando o patrimônio enobrecido é entrecortado pelos dissonantes sentidos que são atribuídos aos lugares sociais: “Será que eu nasci aqui e na hora que esse bairro vai se embelezar não vai ter um canto pra mim? Não vai ter um canto pra Cícera? E pra aquele povo todo da favela?”⁵⁷

Notas

- ¹ O livro resultou do seminário homônimo, sediado no Recife, em outubro de 1996, numa realização do TGI — Consultoria e Gestão e Promoção do *Jornal do Comercio*.
- ² O desenho do piso, com a rosa-dos-ventos e a referida frase, foi uma concepção do artístico plástico pernambucano Cícero Dias, radicado em Paris, com base em sua própria obra.
- ³ Depoimento de Francisca Lopes Gomes. Entrevista concedida ao autor, na Comunidade Nossa Senhora do Pilar, Bairro do Recife, 11 de abril de 2000.
- ⁴ Ver análise de Bernardes (1996) sobre as propostas de urbanização de Geraldo de Magalhães.
- ⁵ Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Recife, PCR-DPSH, agosto de 1987.

- ⁶ Op. cit.
- ⁷ Op. cit.
- ⁸ Depoimento de Rúbia Campello, diretora do Departamento de Programas Especiais da URB. Entrevista concedida ao autor, na cidade do Recife, em 12 de abril de 2000.
- ⁹ Montenegro et al., *Bairro do Recife — Porto de muitas histórias*. Recife: Gráfica Recife, 1989.
- ¹⁰ Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Recife, PCR-DPSH, agosto de 1987.
- ¹¹ Op. cit.
- ¹² Op. cit.
- ¹³ É possível que o circo incluído na pesquisa seja o Circo Voador, projeto alternativo e itinerante coordenado por Perfeito Fortuna, ex-integrante do grupo teatral Asdrúbal Trouxe o Trombone. O circo esteve em várias cidades brasileiras na década de 80, atuando como um espaço cultural para apresentações de teatro, dança, música, oficinas e escolas de arte. Em 10/12/1986, foi inaugurada a Estação Recife do Circo Voador Brasil, na cidade do Recife, onde permaneceu até 1998, no Cais do Apolo do Bairro do Recife.
- ¹⁴ “Depoimento”, in Montenegro et al., op. cit., p. 26.
- ¹⁵ Op. cit., p. 58.
- ¹⁶ Op. cit., p. 29.
- ¹⁷ Op. cit., p. 99.
- ¹⁸ Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, op. cit.
- ¹⁹ Uma versão desse tópico foi apresentada no Grupo de Trabalho “A produção, a leitura-recepção e os usos da imagem em ciências sociais”, no XXVI Encontro Anual da ANPOCS, 2002.
- ²⁰ O termo “revitalização” será por vezes aqui utilizado em razão do próprio nome do plano de intervenção: Plano de Revitalização do Bairro do Recife.
- ²¹ Há duas versões desse plano. A primeira, original, publicada em 1992 pela Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco (AD-DIPER). A segunda é uma reelaboração do plano, entregue pelo governo do estado à Prefeitura, publicado em 1998 numa coletânea organizada por Zanchetti (1998). Apesar de ser o mesmo, há modificações feitas pelos mesmos arquitetos da empresa URBANA, que elaborou a versão original. Optei em utilizar a primeira versão, sem as modificações que alteraram certos aspectos da concepção original.
- ²² Depoimento de Noé Sérgio, arquiteto da Prefeitura da Cidade do Recife. Entrevista concedida ao autor, na cidade do Recife, em 13 de abril de 2000.
- ²³ “O bairro do Recife vai receber cores, muitas cores vivas”, *Jornal do Commercio*, 4 abr., 1993.
- ²⁴ Criado pela SUDENE e EMBRATUR em 29 de novembro de 1991, o PRODETUR-NE tem sido uma das principais agências de indução de investimentos para infra-estrutura

do turismo urbano no Nordeste. Contando com recursos do Banco do Nordeste e do BID, o programa tem apoiado parte das políticas de recuperação do patrimônio nos estados do Nordeste e em Minas Gerais. Para maiores detalhes, consultar Rita de C. Cruz (2000).

- ²⁵ Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco — AD-DIPER, *Plano de Revitalização — Bairro do Recife. Planejamento Urbano e Economia*. Recife, 1992, vol.1, p. 62.
- ²⁶ Idem, op. cit., p. 52.
- ²⁷ Idem, op. cit., p. 51.
- ²⁸ Idem, op. cit., p. 37.
- ²⁹ Idem, op. cit., pp. 37-39.
- ³⁰ Idem, op. cit., p. 41.
- ³¹ Idem, op. cit., p. 56.
- ³² S. Zanchetti et al., *Revitalização do Bairro do Recife: Plano, Regulação e Avaliação*. Dissertação de mestrado em desenvolvimento urbano e regional, Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial, UFPE, 1998, p. 47.
- ³³ Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco — AD-DIPER, op. cit., pp. 37-39.
- ³⁴ O filme *O rap do Pequeno Príncipe contra as almas sebosas* conta a história real de um “justiceiro” que assassinou mais de 60 pessoas e cumpre pena de 210 anos em Recife. O filme foi premiado no Festival de Veneza.
- ³⁵ Depoimento de Noé Sérgio, arquiteto da Prefeitura da Cidade do Recife. Entrevista concedida ao autor, na cidade do Recife, em 13 de abril de 2000.
- ³⁶ Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco — AD-DIPER, op. cit., p. 65.
- ³⁷ Zanchetti et al., op. cit., p. 48.
- ³⁸ Idem, op. cit., p. 47.
- ³⁹ Idem, op. cit., p. 48.
- ⁴⁰ Depoimento de André Lubambo, presidente da Associação dos Empresários do Bairro do Recife (ABR) e proprietário do Bar London Pub. Entrevista concedida ao autor, na cidade do Recife, em 11 de abril de 2000.
- ⁴¹ Realizado no dia 2 de fevereiro de 1998 e promovido pela Prefeitura da Cidade do Recife em parceria com a Associação dos Empresários do Bairro do Recife (ASBAR), o evento reuniu empresários e políticos locais. Na ocasião, foi celebrado o novo acordo com o Projeto Cores da Cidade, agora também com a participação do Programa BID/Ministério da Cultura, para ampliação e consolidação da “revitalização” do bairro. Na ocasião, foi amplamente discutida a idéia de transformação do bairro em um *mix* que diversificasse as atividades de comércio e serviços, como num *shopping center* (PCR/URB/ERBR. Fórum Bairro do Recife. Recife, 1998, mimeo.).

- ⁴² PCR/DPSH, Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Recife, agosto de 1987.
- ⁴³ Departamento de Preservação dos Sítios Históricos — DPSH/URB. Plano de Reabilitação do Bairro do Recife.
- ⁴⁴ Para Habermas, o âmbito da vida fornece os “recursos” para o entendimento mútuo. A conexão interativa depende tanto da competência comunicativa dos agentes quanto dos grupos aos quais pertencem e dos processos de socialização dos quais participaram (Habermas, 1985, p. 159).
- ⁴⁵ Afirma, nesse sentido, Habermas: “Rather, the public sphere distinguishes itself through a communication structure that is related to a third feature of communicative action: it refers neither to the functions nor to the contents of everyday communications but to the social space generated in communicative action” (1998, p. 360).
- ⁴⁶ Em razão disso, ao comentar a vida pública na pólis grega, Hannah Arendt afirma, através de uma citação à qual recorro novamente, que a esfera pública é um “espaço potencial da aparência [*space of appearance*] entre os homens que agem e falam”: “A rigor, a pólis não é a cidade-estado em sua localização física: é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam” (1987, p. 211).
- ⁴⁷ Dentre essas três concepções, a que menos se utiliza como correlata à de espaço público é *semiotic space*, talvez porque as relações entre representações e poder, que estruturam paisagens urbanas, se inscrevem material e simbolicamente no espaço urbano: seja através de intervenções na infra-estrutura urbana e nas edificações em pedra e cal, seja mediante signos visuais ou sonoros ou, mesmo, pela presença de pessoas que conferem sentido ao espaço.
- ⁴⁸ Depoimento ao autor, na Escola Municipal Nossa Senhora do Pilar, em 3 de julho de 2000.
- ⁴⁹ Depoimento do prefeito Roberto Magalhães no Fórum Bairro do Recife (PCR/URB/ERBR, 1998).
- ⁵⁰ A bolsa considera o número de filhos de famílias carentes, não podendo exceder o valor total do salário mínimo. O valor mínimo pago é 50% do salário para um filho e 100% do valor para o máximo de dois filhos, independentemente do número total de filhos matriculados por família.
- ⁵¹ Informação fornecida pela diretora Geruza Cavalcanti em depoimento dado ao autor, na Escola Municipal Nossa Senhora do Pilar, em 3 de julho de 2000.
- ⁵² Prefeitura da Cidade do Recife, PCR/URB/ERBR/LAR. Projeto de Capacitação Brigada Jovem — Guia-Mirim. Recife, PCR/ERBR, 1999.
- ⁵³ Cf. “Objetivos específicos do Projeto de Capacitação Brigada Jovem — Guia-Mirim”, in Projeto de Capacitação Brigada Jovem — Guia-Mirim, op. cit.
- ⁵⁴ Legião Assistencial do Recife. Projeto Bairro do Recife. Recife, 1999, mimeo.

- ⁵⁵ Juizado da Infância e da Juventude. Portaria Conjunta nº 002/99, de 25 de novembro de 1999, in *Diário Oficial de Pernambuco*.
- ⁵⁶ Depoimento de Francisca Lopes Gomes. Entrevista Concedida ao autor. Recife, 11 de abril de 2000.
- ⁵⁷ “Depoimento”, in Montenegro et al., op. cit., p. 42.